

## Supremo influi cada vez mais no Legislativo

Em livro lançado pela Secretaria Geral da Mesa, o consultor do Senado Ronaldo Vieira Júnior mostra o STF como protagonista de decisões sobre questões partidárias e eleitorais.

PÁGINAS 18, 19 E 20

## Impunidade é regra na exploração sexual

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes adverte que, três anos após a CPI que investigou a exploração de menores, apenas 18 denúncias resultaram em processos.

PÁGINAS 14 E 15

## Polêmica envolve lei contra homofobia

PÁGINA 16

## e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 21



Depois de acordo entre as lideranças, os senadores se reuniram na terça-feira e na quarta-feira para aprovar quatro MPs do PAC

## Plenário vai analisar últimas medidas do PAC

O Senado aprovou na semana passada quatro das sete medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que estavam na pauta da Casa, para R\$ 11,28 bilhões os recursos para obras de infraestrutura. As últimas três MPs do programa ficaram para esta semana, junto com outras cinco, entre as quais a que regulamenta o Fundeb.

PÁGINA 5



Greve no Ministério da Cultura exige plano de cargos: lei específica para o servidor público

## Governo prepara regra mais rígida para greve de servidor

A Advocacia Geral da União enviou para a Casa Civil anteprojeto de lei que visa limitar o direito de greve dos servidores públicos, que não foi regulamentado na lei de 1989.

Em seguida, o texto segue para o Congresso. Entre outras medidas, a proposta obriga que 40% dos servidores permaneçam trabalhando durante a paralisação.

PÁGINA 3

## CPIs do Senado e da Câmara acertam integração

Acordo entre CPIs do apagão aéreo prevê que a do Senado começa investigando a Infraero, enquanto a da Câmara cuida do acidente da Gol.

PÁGINA 9

## — cidadania

## Como garantir uma velhice mais saudável

Quem pensa em estar bem de saúde e de vida aos 80 anos deve começar a se cuidar agora. É o que se verá no Especial Cidadania desta e da próxima edições.

PÁGINA 24



SERVIÇO PÚBLICO Casa Civil recebe anteprojeto que prevê regras ainda mais rígidas para os serviços inadiáveis

# Proposta limita greve de servidores

A Advocacia Geral da União (AGU) encaminhou, na semana passada, à Casa Civil anteprojeto de lei que disciplina a greve do funcionalismo público. O chefe da AGU, José Antonio Toffoli, disse à imprensa que o governo reconhece o direito de greve dos servidores, mas também entende que todo serviço público é essencial, por isso as regras devem ser diferentes das que disciplinam o setor privado.

A Casa Civil deve discutir com alguns ministérios a proposta antes de finalizá-la para submeter à apreciação do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. Serão feitos ainda debates com as centrais sindicais. Depois disso, o projeto irá para o Congresso. A greve no funcionalismo público é prevista há 18 anos (desde a promulgação da chamada de Lei de Greve, em 1989), mas ainda não foi regulamentada.

O texto do governo prevê regras ainda mais rígidas para 19 serviços públicos considerados inadiáveis, como tratamento e abastecimento de água, defesa civil, pagamento de benefícios da Previdência e controle aéreo civil.

No caso de serviço inadiável,

o projeto obriga que a greve seja comunicada com 72 horas de antecedência; nos demais, com 48 horas. Na primeira hipótese, deve ser garantido pelo menos o funcionamento de 40% do serviço, com possibilidade de que esse limite seja ampliado, a pedido do poder público.

Caso a Justiça julgue a greve legal, 50% do período de paralisação terão de ser repostos. Se for considerada ilegal, é previsto o desconto salarial imediato equivalente aos dias parados e multa de até R\$ 30 mil por dia para os respectivos sindicatos. O

anteprojeto permite piquetes para “convencimento”, mas, se for considerado violento, há previsão de demissão.

Em audiência pública na Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Romeu Tuma (DEM-SP) lembrou que o direito de greve dos servidores não está regulamentado. O senador disse que o Ministério Público, nesses casos, atua com base no que estipula a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o

setor privado, conforme têm lembrado os tribunais em decisões sobre a matéria.

O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, prevê dificuldade na aprovação de normas que disciplinem os sindicatos, uma vez que não foram aprovadas as leis que regulamentam o direito de greve na própria administração pública.

– Se o governo se nega a negociar com seus funcionários, por que os patrões da iniciativa privada têm de negociar? – questionou Oliveira.



Greve de servidores no Ministério da Cultura e protesto de funcionários do Ibama: pelo projeto, pelo menos 40% do serviço deverá ser mantido nos setores essenciais

## Centrais aprovam idéia, mas questionam regras

O embrião da polêmica em torno do direito de greve dos servidores públicos está na própria lei que garante o direito de greve (7.783/89). A chamada Lei de Greve determina que, nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, empregadores e trabalhadores devem entrar em acordo para atender às necessidades inadiáveis da população.

Mas a lei é vaga ao definir os tais serviços inadiáveis. Afirma apenas que são aqueles que, se faltarem, causarão perigo iminente à sobrevivência, saúde e segurança da população. A norma também não se refere especificamente aos serviços prestados pelo funcionalismo público.

A proposta de uma lei que regulamente as greves do funcionalismo é tida como oportuna até pelos sindicatos, que contestam, no entanto, determinados pontos defendidos pelo governo. Do jeito que está, dizem os sindicalistas, o projeto pode acabar se tornando um instrumento para proibir de vez as greves.

Um dos pontos mais criticados por centrais sindicais como a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é a necessidade do aval à greve por dois terços da categoria reunida em assembleia. Há hoje 1 milhão de servidores federais e, pelo projeto do governo, uma

greve geral só seria possível se 670 mil a aprovassem em assembleia. Mesmo em categorias específicas do funcionalismo os dois terços são considerados elevados. Os professores de São Paulo, que têm 150 mil filiados, precisariam de 100 mil votos favoráveis em assembleia.

Os sindicatos também pregam que o debate sobre a lei de greve deve ser precedido pela garantia de que o instituto da negociação coletiva passe a

vigorar no setor público, algo que hoje não ocorre. Assim que os servidores passarem a ter direito a uma data-base e a uma mesa de negociação, as centrais sindicais se dizem dispostas a negociar a regulamentação do direito de greve.

– A greve é necessária porque é um instrumento para forçar a negociação – diz Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

Como regra geral, a Organização Internacional do Trabalho defende o direito de greve para todos os trabalhadores, inclusive os do setor público, em sua Convenção 87, de 1948. Mas defende a proibição de greve em certos casos, como, por exemplo, em serviços cuja interrupção coloque em risco a vida, a saúde ou a segurança da população.

**Centrais são contra quórum de dois terços para aprovação da greve**

## Paralisação do Ibama acelerou decisão

Um catalisador na decisão do governo de acelerar o envio ao Congresso Nacional da lei de greve para o funcionalismo público foi a deflagração, na segunda-feira passada, de uma greve dos funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A paralisação, por tempo indeterminado, foi motivada pela divisão das atividades do Ibama com o recém-criado Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

O governo conseguiu uma liminar na 17ª Vara da Justiça Federal determinando o retorno imediato ao trabalho de 50% dos servidores do Ibama. A ordem judicial estipula que devem ser mantidos os serviços considerados essenciais, como atividades que causem impactos ambientais ou prejuízos para outras pessoas. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça fixou às associações de

servidores do Ibama o pagamento de multa diária de R\$ 5 mil.

Até o final da semana passada, porém, os servidores do Ibama não haviam cumprido a liminar, decidindo manter a greve. Pelo contrário: a Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama) informou na quinta-feira que seu departamento jurídico iria recorrer da liminar.

Ao manifestar seu total apoio às medidas adotadas pelo governo, o senador Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e leu carta assinada por ela sobre o assunto. Na correspondência, que pode ser lida no site do ministério, Marina afirma que as alterações criarão melhores condições para os que se dedicam a construir uma sociedade baseada na sustentabilidade ambiental.

– É forte para nós [do PT] o sentimento, quando se trata do

servidor público e da carreira de Estado. É da nossa história ideológica a proteção ao funcionalismo. Jamais sairia da ministra Marina Silva qualquer atitude que pudesse subtrair direitos de qualquer natureza dos servidores públicos. Acredito que a greve terá seu fim e veremos o retorno dessa atividade tão preciosa ao país. Faço a defesa da ministra Marina na certeza de que houve um mal-entendido para a deflagração dessa greve – afirmou Tião Viana.

Na carta, a ministra explica que as alterações têm como objetivo adequar o organograma do ministério aos novos desafios da política ambiental. Ela justifica que as mudanças climáticas, os novos modelos energéticos, o extrativismo e o desenvolvimento rural sustentável, os recursos hídricos e o ambiente urbano exigem um novo ordenamento estrutural do Ministério do Meio Ambiente.



Tião Viana saiu em defesa de Marina Silva: “Houve um mal-entendido na deflagração dessa greve”

## TRIBUTOS

# Senado busca saída para a Emenda 3

Para completar o ciclo de audiências públicas promovidas pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado sobre o veto à Emenda 3 da lei que criou a Super-Receita, falta ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Já aprovada na CDH, a audiência deve ser realizada nos próximos dias.

Mantega deve apresentar a proposta de conciliação do governo que prevê a definição de alíquotas para tributação de pessoas jurídicas “de uma pessoa só”. Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, manifestou otimismo quanto à possibilidade de acordo entre governo, oposição, empresários e trabalhadores a respeito da Emenda 3.

Depois de ouvirem o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e sindicalistas, na semana passada foi a vez de as comissões conhecerem a opinião de entidades empresariais, que querem a derrubada do veto.

O assessor da presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Roberto Nogueira Ferreira, mesmo ressaltando o caráter legal da utilização de certos artifícios tributários por empresas na tentativa de reduzir custos, considerou “um exagero” o argumento utilizado por defensores da Emenda 3 de que a ação de auditores fiscais poderia inibir o empreendedorismo. Ele lembrou que muitos trabalhadores são forçados a constituir personalidade jurídica para obterem emprego, mesmo sendo-lhes mais vantajoso ter carteira de trabalho assinada.

– Não vamos ser hipócritas, temos que discutir isso numa outra ótica. Ou poderíamos estar, por omissão, criando uma geração que daqui a 20 ou 30 anos vai cobrar do Estado, seja no campo do Fundo de Garantia ou da Previdência – alertou.

Já o advogado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sérgio Murilo Campinho, afirmou que as pessoas jurídicas que prestam serviços são legalmente constituídas.

– O objetivo é descaracterizar uma pessoa jurídica legalmente constituída. O interesse do Estado, que também é quem fiscaliza, é arrecadatário. Há conflito de interesses – argumenta.

De acordo com Carlos José de Lima Castro, presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), a proposta do governo não é boa, uma vez que contempla novo aumento da carga tributária por meio do estabelecimento de uma alíquota extra de contribuição patronal para a Previdência.

O consultor jurídico da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Júlio Kuhner, por sua vez, se disse “perplexo” com o veto do presidente Lula à Emenda 3.

– A Emenda 3 não tinha nenhum efeito sobre a fiscalização do trabalho. Qual o dolo em duas empresas se reunirem, empregarem e recolherem tributos? – questionou.

Já o vice-presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Frederico Nogueira, criticou o argumento utilizado pelo governo segundo o qual a Emenda 3 fragilizaria as relações de emprego e aumentaria o risco de trabalho escravo.

Evandro Guimarães, representante da Associação Nacional de Jornais (ANJ), se declarou favorável à modernização sem precarização das relações de trabalho.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), considerou que “o grande mérito da Emenda 3 foi popularizar a discussão de um assunto que há muito deveria estar disciplinado”.

## O que diz a emenda

A Emenda 3 visava impedir que um fiscal da Receita tratasse, para fins de fiscalização, a “empresa de uma pessoa só” como pessoa física quando suspeitasse que o contrato com outra empresa era um artifício para empregar um profissional fora das leis trabalhistas – o que geraria menos impostos para o

prestador do serviço e encargos trabalhistas para a empresa contratante.

Pela emenda, somente o Judiciário poderia desconsiderar a relação entre as duas pessoas jurídicas. Os sindicatos de trabalhadores querem manter o veto, e empresários e oposição reclamam do poder excessivo dos fiscais.



Evandro Guimarães, da ANJ



Carlos José Castro, da Fenacon



Roberto Nogueira Ferreira, da CNC



Frederico Nogueira, da Abra



Sérgio Murilo Campinho, da CNI

## Audiência discute pacto federativo nesta segunda

Com reivindicação semelhante à dos secretários estaduais de Fazenda, os representantes dos municípios devem propor ao presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que o Congresso discuta a revisão do pacto federativo, com a definição clara das atribuições de cada ente da Federação. “Ela é a mãe, a avó e a bisavó das reformas. E deve preceder necessariamente as reformas política e tributária”, defende o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que participará da audiência pública desta segunda-feira.

O presidente da CNM deverá fazer um relato breve sobre as decisões do governo e do Congresso, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que estão impondo novos gastos

aos municípios. “Não adianta criar leis sem dizer onde está o dinheiro. Como se cumpre essa lei?”, protesta Ziulkoski.

Dessa audiência pública, a terceira da subcomissão – que já ouviu o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e os representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) –, devem participar os secretários de Fazenda de São Paulo, Luiz Wellisch, de Belo Horizonte, José Afonso Bicalho Beltrão, e de Teresina, Felipe Mendes. Foram também convidados prefeitos de quatro capitais: César Maia (Rio de Janeiro), Gilberto Kassab (São Paulo), Fernando Pimentel (Belo Horizonte) e Silvio Mendes de Oliveira (Teresina). Mas eles não haviam confirmado a presença até o final da tarde da última sexta-feira.

Após essa terceira rodada, Jereissati, o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), e os outros integrantes da subcomissão devem avaliar com a

assessoria técnica qual será o rumo dos trabalhos: se a subcomissão irá atender ao pleito do Confaz e dos municípios, estudando a revisão do pacto federativo, ou se focará seu trabalho na análise da reforma tributária, preparando-se para sugerir alternativas que possam mudar ou complementar a proposta do Ministério da Fazenda, inclusive na formulação da política de desenvolvimento regional.

Por enquanto, continua nos planos da subcomissão convidar o economista Fernando Rezen-de, especialista em assuntos tributários, depois que ele apresentar, no final de maio, o trabalho encomendado pelo Confaz, com a proposta que deve ser

**Prefeitos dizem que não adianta criar leis sem dizer onde está o dinheiro**

encampada pelos secretários estaduais de Fazenda.

O presidente da CNM, em diapação semelhante ao dos secretários de Fazenda do Confaz, reclama igualmente da

falta de informações detalhadas do governo sobre a sua nova proposta que altera a estrutura de tributos do país. Bernard Appy apresentou aos prefeitos em abril, durante a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, as linhas gerais da nova reforma tributária que institui dois impostos sobre valor adicionado: um IVA federal – que agrupa quatro tributos (IPI, PIS, Cofins e Cide-Combustíveis) e outro IVA estadual – que substitui o ICMS e poderá também absorver o ISS municipal.

O secretário de Política Econômica prometeu, segundo Ziulkoski, engajar os representantes dos municípios na discussão sobre a política de desenvolvimento regional, que irá colocar um freio na disputa por investimentos privados com a concessão de incentivos tributários, a chamada “guerra fiscal”. Só que até agora não chamou nem os secretários do Confaz nem os secretários de Fazenda dos municípios para qualquer conversa.

## Emendas à LDO 2008 já são avaliadas pelo relator

Encerrado o prazo para entrega de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2008, o relator, deputado João Leão (PP-BA), acusou o recebimento de 92 emendas. Ele disse que o relatório preliminar, com a análise dessas emendas, deverá estar pronto nos próximos dois dias.

No relatório final, cuja entrega deve acontecer em 15 de junho, cada bancada terá direito a seis emendas e cada parlamentar, a cinco. Mas Leitão ressaltou que, pelo acordo feito, somente emendas relacionadas ao texto do projeto serão admitidas.

– Serão apenas emendas de texto, porque senão vamos

transformar o projeto da LDO em um projeto de orçamento – declarou ele.

O relator afirmou ainda que pretende apresentar emenda propondo a criação de um fundo de incentivo às importações de bens de capital e às exportações, que utilizaria 30% das reservas cambiais – atualmente estimadas em US\$ 122 bilhões.

Um dos itens da LDO de 2008 destacados pelo deputado foi o do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que prevê a liberação de aproximadamente R\$ 12 bilhões para obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



## COMISSÕES

# Computadores em todas as escolas até 2013

Todas as escolas públicas e particulares de educação básica e superior deverão dispor de redes digitais de informação até o final de 2013, conforme projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado na terça-feira em decisão **terminativa** pela Comissão de Educação (CE). O projeto (PLS 103/07) vai à Câmara dos Deputados.

A oferta de acesso à internet será garantida pela utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

– É uma grande contribuição à qualidade da educação. Temos que dar esse salto estratégico – comemorou Mercadante após a aprovação unânime do projeto.

A proposta estabelece que, nos próximos seis anos, pelo menos 75% dos recursos arrecadados para o Fust serão destinados à implantação de terminais e redes de acesso à internet em escolas e bibliotecas, na sua interligação e no subsídio às contas dos serviços envolvidos. Segundo emenda

**TERMINATIVA** - As decisões não se restringem ao Plenário. Muitas propostas são votadas nas comissões permanentes, nelas encerrando sua tramitação - daí o "terminativo". No Senado, um décimo dos parlamentares, no mínimo, podem solicitar votação em Plenário. Sem esse pedido, os projetos dos senadores aprovados nas comissões são enviados diretamente à Câmara.

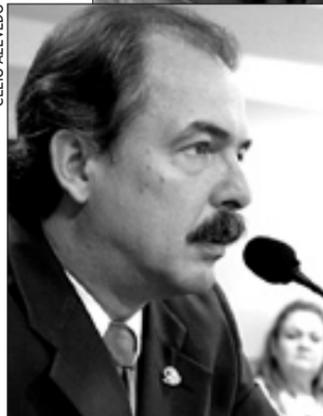
apresentada por Cristovam Buarque (PDT-DF), será instalado no mínimo um computador com acesso à internet para cada dez alunos, em cada turno. Os profissionais de educação, por sua vez, receberão treinamento no uso dos equipamentos.

O relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que apenas 30% dos alunos do ensino fundamental estudam em escolas onde há algum computador. Além disso, muitas vezes os computadores são destinados apenas à administração escolar. Azeredo citou ainda pesquisa feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) segundo a qual o Brasil dispunha, em 2003, de mais de 40 alunos por computador. Na maioria dos países desenvolvidos, compara a pesquisa, a relação era de menos de dez alunos por computador, sendo que Estados Unidos, Austrália e Coréia do Sul mantinham proporção de três estudantes por máquina.

– Este projeto será importante para promover a inclusão digital no Brasil – apostou Azeredo, após destacar que os mais de R\$ 5 bilhões arrecadados para o Fust continuam intocados.

**Marconi diz que demora “frustra” os prefeitos**

Durante a discussão do projeto, Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que o Fust é conhecido como “Frustr” por prefeitos e governadores, frustrados com a não utilização dos recursos



Cristovam Buarque analisa projeto com o relator, Eduardo Azeredo. No destaque (E), o autor, Aloizio Mercadante

já arrecadados para o fundo. A garantia de um computador para cada dez alunos em cada turno foi elogiada por Wellington Salgado (PMDB-MG). Já Flávio Arns (PT-PR) apresentou emenda para garantir acesso a recursos por parte de escolas que atendam a pessoas com deficiência.

Também em decisão terminativa, a comissão aprovou projeto (PLS 31/07) de Cristovam Buarque, presidente da CE, que determina a realização de remanejamentos de professores da rede pública de ensino antes do início do ano letivo. O relator foi Mão Santa (PMDB-PI).

Foram aprovados projetos de Paulo Paim (PT-RS) e de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – PLSs 1/07 e 215/06 – que autorizam o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Erechim (RS) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em Marabá (PA). Os relatores foram Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Eduardo Azeredo.

## Fust garante os recursos

– O PLS 103/07, aprovado pela Comissão de Educação (CE), prevê a instalação, até 2013, de computadores e de acesso à internet em todas as escolas brasileiras, na média de um terminal para cada dez alunos.

– A verba para a inclusão digital viria dos recursos arrecadados para o Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que foi instituído pela Lei 9.998, de 2000, e regulamentado, naquele mesmo ano, pelo Decreto 3.624.

– Pelo projeto, 75% dos recursos do Fust, ao longo dos próximos seis anos, serviriam para a instalação dos computadores em escolas tanto públicas quanto privadas.

– A receita do Fust vem de fontes variadas. O fundo conta com 1% da receita operacional bruta das operadoras, mais 50% das receitas da Anatel, que são referentes a taxas de fiscalização e concessão de serviços cobradas às operadoras de telecomunicações, até o limite de R\$ 700 milhões por ano.

– Até agora o Fust arrecadou mais de R\$ 5 bilhões, ainda não utilizados.

– Ao Ministério das Comunicações cabe formular políticas e diretrizes gerais para o uso do dinheiro do fundo.

– O projeto aprovado, de autoria de Aloizio Mercadante, modifica o decreto que regulamentou o Fust e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96).

## Comissão discute com educadores fim do vestibular

A busca de novas formas de acesso à universidade, em substituição ao atual vestibular, foi recomendada por técnicos e professores durante a audiência pública sobre o assunto realizada na quarta-feira pela Comissão de Educação (CE).

A audiência foi proposta para instruir dois projetos de lei, de Cristovam Buarque (PDT-DF) e de Sibá Machado (PT-AC). O primeiro (PLS 116/06) substitui o vestibular único por três provas, que seriam aplicadas ao longo do segundo grau. Os alunos que obtivessem as melhores notas ingressariam nas universidades. O segundo (PLS 65/05) institui uma avaliação de desempenho do segundo grau, via aplicação de uma única prova, feita em nível nacional. Caso o número de aprovados seja maior que o número de vagas oferecidas, realiza-se um sorteio anual.

**Educadores defendem autonomia universitária**

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta, condenou o vestibular, qualificando-o de



Senadores debatem duas propostas que modificam a forma de ingresso nas universidades

elitista e mero teste de memorização. Ele aplaudiu a extensão, a todo o país, do Programa de Avaliação Seriada (PAS), que atinge os três níveis de ensino do segundo grau, conforme prevê o projeto de Cristovam.

A diretora do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (Sesu-Mec), Iguatemy Martins, frisou que o vestibular é instituição consagrada no país e reconhecida como processo qualificador de acesso à universidade. Portanto, qualquer mudança deveria ser bem amadurecida. “O processo seletivo, como provas ao longo do segun-

do grau, não seria uma espécie de vestibular?”, questionou.

Para a representante do Conselho Nacional de Educação (CNE) Regina Vinhaes Gracindo, mudar o vestibular implica modificar o currículo do ensino médio, de modo a torná-lo mais qualificado. Ela também defendeu a abertura de mais vagas para a educação superior.

Já Regina Vinhaes Gracindo disse ver “com bons olhos” as propostas dos dois projetos, com uma condição: as universidades devem ter autonomia para aceitar ou não o novo modelo.

Cristovam, apesar de defender

essa autonomia, alertou que o critério de seleção deve obedecer a normas de ingresso no ensino superior que garantam a democratização, a exemplo da avaliação seriada. Wellington Salgado (PMDB-MG), por sua vez, afirmou que o país gasta muito dinheiro em avaliação, enquanto poderia pagar melhor aos professores e investir em equipamentos.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Erasto Fortes de Mendonça questionou a constitucionalidade dos dois projetos, por entender que eles ferem a autonomia universitária.

## Trecho da BR-158 será Rodovia Ramez Tebet

O trecho da estrada BR-158 entre Três Lagoas (MS) e Cassilândia (MS) será denominado rodovia Ramez Tebet, conforme projeto (PLS 21/07) de Valter Pereira (PMDB-MS) aprovado na terça-feira, em decisão terminativa, pela CE.

A iniciativa foi uma homenagem ao ex-senador, que faleceu há seis meses. Tebet iniciou sua vida política como prefeito de Três Lagoas, sua cidade natal. Foi relator da primeira Constituição do Mato Grosso do Sul e, após ser vice-governador, dirigiu o estado de março de 1986 a março de 1987. Eleito senador em 1994, reelegeu-se em 2002 e presidiu o Senado de 2001 a 2003.

A relatora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que Tebet era uma “pessoa queridíssima na região”. Valter Pereira, por sua vez, disse que Tebet é um “ícone da política”. A matéria vai ao exame da Câmara.

## COMISSÕES

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Marconi Perillo, favorável à PEC, defendeu medida "emergencial" para combater a violência. Tasso Jereissati (D) acha prejudicial qualquer vinculação orçamentária

## Emenda garante verbas à segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na semana passada, proposta de emenda à Constituição (PEC) que tem por objetivo destinar mais recursos para a área de segurança pública. A PEC 60/05, cujo primeiro signatário é o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), vincula a aplicação, por cinco anos, de recursos oriundos de impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nos serviços de segurança pública desenvolvidos pelas polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil e Militar e ainda para o Corpo de Bombeiros Militar.

Antes de ser enviada à análise da Câmara dos Deputados, a PEC ainda passará por duas votações em Plenário. Pelo texto aprovado, pelo menos 10% dos impostos arrecadados pela União, 7% pelos estados, 5% pelo DF e 1% pelos municípios serão destinados a ações de segurança pública. Para o relator da matéria, senador

Demostenes Torres (DEM-GO), a destinação de percentuais mínimos desses impostos, durante cinco anos, para a área de segurança pública é "absolutamente oportuna".

– Essa transitoriedade conferirá tempo à sociedade para avaliar a adequação da medida ao desafio social da segurança e à imperatividade de renovação dessa imposição constitucional – afirmou Demostenes, que já foi secretário de Segurança em seu estado.

Em seu relatório, Demostenes rejeitou a PEC 22/01, que tramitava em conjunto com a PEC 60 e que tinha como primeiro signatário o senador Romeu Tuma (DEM-SP). A proposição acrescentava dispositivo ao artigo 144 da Constituição, para determinar que a União passasse a aplicar, anualmente, na organização e manutenção dos órgãos de segurança pública, nunca menos de 10%, e os estados e o Distrito Federal, 20% no mínimo, compreendida a proveniente de

transferências.

A aprovação do parecer de Demostenes não foi unânime. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) se absteve e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) votou contra a proposta. Ambos criticaram a excessiva aprovação de proposições que vinculam recursos orçamentários.

– Não vou votar contra, pois parecerá que estou contra a segurança pública. Mas não concordo com nenhuma vinculação orçamentária, seja para o que for – argumentou Jefferson Péres.

Para Jereissati, qualquer tipo de vinculação, por mais bem-intencionada que seja, "é extremamente prejudicial à eficiência de um governo ou de uma boa administração".

Além do relator da proposta, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (DEM-SP), Romero Jucá (PMDB-RR) e Marconi Perillo (PSDB-GO) votaram a favor da proposta por se tratar, como explicaram, de uma vinculação emergencial e temporária para combater a escalada da violência no país.

**PEC precisa ser aprovada em dois turnos pelo Plenário antes de ir à Câmara**

### Comissão entregará pacote antiviolença a Lula

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), aprovou sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), da base do governo, e o incumbiu de agendar uma audiência dos membros da CCJ com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para levar as proposições aprovadas na comissão com o objetivo de combater a escalada da violência no país.

O chamado pacote antiviolen-

cia começou a ser analisado na CCJ no início deste ano, após a morte brutal do menino João Hélio, que foi arrastado pelo cinto de segurança do carro por bandidos no Rio de Janeiro.

Até a quarta-feira passada, 25 projetos de combate à violência já foram aprovados pela CCJ e, segundo o presidente do colegiado, o pacote estará totalmente concluído em mais uma ou duas reuniões.

Antonio Carlos já havia dito,

em reuniões anteriores da CCJ, que, após a conclusão da votação do pacote antiviolença, iria entregá-lo pessoalmente aos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara.

– É preciso mobilizar a sociedade para concluir essa agenda. Trabalhamos com persistência e seriedade e é preciso, agora, mostrar o resultado desse trabalho – afirmou Mercadante a Antonio Carlos.

### Audiência discutirá PEC que unifica as polícias federais e nos estados

A CCJ promoverá audiência pública para debater a PEC 21/05, que trata da reestruturação dos órgãos de segurança pública. A sugestão partiu do próprio autor da PEC, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A proposta unifica as polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal e também permite aos estados unificarem suas polícias, hoje divididas entre Civil e Militar.

A proposição já entrou várias vezes na pauta da CCJ. Foi retirada pela última vez em 28 de março, após pedido de vista coletiva. O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (DEM-SP), que já foi diretor-geral da Polícia Federal.

Jereissati sugere ouvir representantes das associações nacionais de oficiais, praças e cabos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; dos delegados e dos

### Bloqueador de celular vai a voto em junho

Nova data foi marcada para votação pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em caráter terminativo, do projeto de lei que obriga as operadoras de telefonia celular a instalar bloqueadores de sinal nas penitenciárias estaduais e federais (PLS 137/06): 26 de junho, após audiência pública no dia 20 daquele mês.

### Prioridade para vítimas nos processos judiciais

Poderão ter prioridade na tramitação na Justiça processos pedindo reparação de danos decorrentes de morte ou lesão corporal nos casos de ação ou omissão atribuída a profissional ou instituição de saúde; ações e infrações penais; ação ou omissão atribuída à União, a estados e municípios; e de incidentes ocorridos no âmbito das relações de consumo. Projeto com esse teor (PLS 159/07), do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), foi aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

O senador argumenta que o

Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) já confere prioridade aos processos em que figurem como parte pessoas com mais de 65 anos. Para ele, é justo que o mesmo benefício seja garantido nos casos de danos decorrentes de morte ou lesão corporal aos quais se refere o projeto.

“Não é justo que as vítimas ou seus parentes aguardem a ultimação de trâmites processuais em ritmo ordinário, num ambiente de permanente crise de celeridade por que passa o Poder Judiciário, no momento em que se encontram fragilizados, forçados a enfrentar circunstâncias inesperadas, muitas vezes confrontados com despesas antes inexistentes e exatamente quando se vêem sob a queda repentina do seu poder aquisitivo”, explicou Antonio Carlos, na justificativa de sua proposta.

Ao dar voto favorável à matéria, o relator Edison Lobão (DEM-MA) afirmou que não se pode conceber que a vítima de erros médicos, de ações criminosas em geral, de acidentes de consumo e de atos de omissão do Estado tenha que aguardar longa tramitação no momento em que mais precisa da indenização.



Antonio Carlos: indenização mais rápida para vítimas de erros médicos, entre outros

### CCJ pede explicações sobre venda do Ipiranga

Três requerimentos de informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, foram aprovados pela CCJ. Dois deles pedem explicações sobre a venda do Grupo Ipiranga às empresas Braskem, Petrobras e Ultra, realizada em março deste ano, por US\$ 4 bilhões. O terceiro pede detalhes sobre a atuação do Banco Popular, criado pelo Banco do Brasil para fornecer crédito subsidiado a pequenos empreendedores.

Na justificativa dos dois requerimentos relativos ao Grupo Ipiranga, os senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) explicam que a imprensa noticiou que a Comissão de Valores Mobili-

ários (CVM) investiga indícios de vazamento de informações privilegiadas sobre a venda da empresa.

Sobre o Banco Popular, Virgílio, autor do pedido, quer saber o montante das despesas da instituição, o valor do crédito contratado em cada ano e a quantidade de empréstimos celebrados, com o respectivo número de clientes beneficiados.

“Em 2005, notícias publicadas nos meios de comunicação apontavam que os gastos com publicidade do Banco Popular superavam o volume de empréstimos concedidos. Desde então, não tivemos mais nenhuma informação do Banco Popular”, justificou o senador.

## MEIO AMBIENTE

# Crime ambiental pode ter pena alternativa

Proposta do senador Valter Pereira (PMDB-MS) que inclui a frequência em curso de educação ambiental entre as modalidades de pena alternativa no caso de crime ambiental foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto (PLS 44/07) altera a Lei dos Crimes Ambientais e determina que o curso tenha carga horária mínima de 9 horas/aula, dure pelo menos uma semana e seja oferecido por entidades públicas ou privadas credenciadas junto aos órgãos ambiental e educacional competentes.

A medida, diz o relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), procura promover a conscientização do infrator a respeito da necessidade de proteger a natureza. A legislação vigente estipula que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem, por igual período, as privativas de liberdade. Podem ser aplicadas em caso de crime culposo (ou de condenação à prisão por período inferior a quatro anos) em que os antecedentes e a conduta social do condenado indicarem que a substituição seja suficiente para punir pelo crime.

As demais penas restritivas de direito são a prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão total ou parcial de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar.

Relatado por Renato Casagrande (PSB-ES), o projeto estabelece que deverão ser neutralizadas as emissões de carbono geradas nas dependências e atividades do Senado.

FRANCISCO CAMPOS/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Em São Paulo, máquina é flagrada durante aterro ilegal: punição poderá incluir educação ambiental

## Produto de limpeza deve dar dica sobre economia de água

As embalagens de produtos e equipamentos de limpeza deverão conter mensagens de advertência sobre os riscos de escassez de água doce e a necessidade de seu consumo moderado. É o que determina projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado pela CMA na semana passada.

Com parecer favorável do relator, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), o projeto (PLS 176/05) estipula que as mensagens deverão ser exibidas em tamanho e localização de fácil reconhecimento e leitura. As propagandas dos produtos também deverão divulgar as mensagens.

Crivella lembra, ao justificar a proposta, que 97,3% da água do planeta é salgada. Dos 2,7% de água doce, 77,2% estão alocados em geleiras, 22,40% são de água subterrânea, 0,35% estão em lagos, lagoas e pântanos, 0,04% encontram-se dispersos pela atmosfera e somente 0,01% está disponível em córregos e rios.

O Brasil concentra cerca de 12% de todas as reservas mundiais de água doce, sendo o



Leomar Quintanilha defende processos permanentes de esclarecimento da população

primeiro país em disponibilidade hídrica de rios, mas, segundo o senador, o uso inadequado compromete esse recurso em várias regiões.

Edison Lobão (DEM-MA) disse ter esperança de que a advertência em relação à necessidade de se economizar água tenha o mesmo resultado da campanha para economia de energia feita pelo governo federal em 2001. Quintanilha também destacou a importância de processos permanentes de esclarecimento da população.

## Programa Carbono Zero no Senado

Por iniciativa da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), o Senado deverá instituir o Programa Carbono Zero. Projeto de resolução (PRS 17/07) da senadora determinando a criação do programa foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O conceito de emissão zero diz respeito à quantidade de gás gerador do efeito estufa decorrente da atividade de indivíduos

e instituições e sua respectiva compensação por meio de projetos que determinem o sequestro de carbono ou evitem emissões em quantidade equivalente.

A proposta acolhida pela CMA estabelece a criação do Grupo Executivo do Programa Carbono Zero para coordenar as ações previstas. O grupo deve viabilizar parcerias com entidades governamentais e desenvolver políticas internas para racionalizar o uso de recursos não-renováveis. O grupo será composto por sete funcionários indicados pela Diretoria Geral da Casa.

As ações consistirão em plantio de árvores em áreas públicas de conservação ambiental,

nascentes, margens de cursos d'água, lagos e escolas públicas. O Senado também deverá destinar recursos anuais para a execução do programa.

Faz parte das metas a aquisição de veículos bicombustíveis (movidos a gasolina e álcool). Para veículos a diesel, será estimulado o uso de combustível que tenha em sua composição o biodiesel.

Será instituído ainda o selo "Carbono Zero", a ser concedido para empresas fornecedoras ou prestadoras de serviços ao Senado que, comprovadamente, desenvolvam processos que visem à neutralização das emissões de gases de efeito estufa.

## Parque de Jericoacoara ganha área maior

O Parque Nacional de Jericoacoara, criado em 2002 no Ceará, deverá ter seus limites ampliados para englobar uma área de proteção ambiental e permitir a implantação de um sistema de coleta e tratamento de esgoto no núcleo urbano circundado pelo parque, a Vila de Jericoacoara.

A mudança está prevista no

projeto da Câmara (PLC 76/06) aprovado pela CMA na semana passada. A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), explica que o fato de estar cercada por uma unidade de proteção integral, em que não são permitidas obras de engenharia, impede a implantação de infra-estrutura básica na área urbana. A proposta extingüe

a área de proteção a ser incorporada ao parque.

Atualmente, informa Marisa, o sistema sanitário da cidade se baseia em fossas, o que oferece risco à saúde de habitantes e turistas, em face da possível contaminação dos poços particulares e das cisternas públicas, únicas fontes de água doce do local.

## Al Gore é convidado para debate sobre aquecimento

Idealizador do documentário Uma verdade inconveniente, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore poderá participar no Senado de audiência pública sobre o aquecimento global. Requerimento com essa finalidade, de Serys Shlessarenko (PT-MT), foi aprovado pela CMA. Serys lembrou que Al Gore vem estudando com profundidade o assunto, o que torna sua presença importante para o debate. Ela sugeriu que a audiência fosse marcada para julho.

## Comissão recebe relatório sobre florestas públicas

O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Rezende de Azevedo, deverá comparecer à CMA para apresentar os resultados do primeiro relatório anual de gestão de florestas públicas. Renato Casagrande (PSB-ES) lembra que a lei sobre gestão de florestas públicas (Lei 11.284/06) determina que o órgão gestor apresente o referido relatório ao Congresso até 31 de março de cada ano.

## Comissão prioriza Fundo da Amazônia Ocidental

Proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental está entre as sete matérias consideradas prioritárias para aprovação em relatório da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. O documento foi aprovado na última quarta-feira.

O fundo previsto na proposta (PEC 19/00) destina-se a promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental de forma compatível com a proteção do seu meio ambiente. O co-

legiado examinou 129 proposições em tramitação na Câmara e no Senado para elaborar esse documento.

Os recursos arrecadados pelo fundo serão aplicados em programas nos municípios do Amazonas, Acre e Roraima. A proposta, destaca o relatório, é destinada a evitar a instalação de modelo de desenvolvimento predatório dos recursos naturais na Amazônia Ocidental, região da Amazônia que registra os menores índices de desmatamento.

O relatório também inclui projeto da senadora licenciada Marina Silva que

cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A proposição tramita na Câmara dos Deputados (PLP 351/02).

O projeto prevê que 84% dos recursos serão destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 14% ao Sul e Sudeste e 2% para constituir reserva do FPE a ser distribuída aos estados onde há unidades de conservação e reservas indígenas demarcadas.

CÉLIO AZEVEDO



Proposta de Jefferson Péres prevê recursos para desenvolver a região

## INVESTIGAÇÃO

## Senado inicia CPI do Apagão Aéreo



Embarque de passageiros em Brasília: comissão parlamentar de inquérito buscará causas dos atrasos de vôos durante crise no setor

Instalada na última quinta-feira após acordo entre governistas e oposicionistas, a CPI do Apagão Aéreo reúne-se nesta terça-feira para analisar plano de trabalho a ser apresentado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da comissão nomeado por Tião Viana (PT-AC), presidente eleito por unanimidade juntamente com Renato Casagrande (PSB-ES), vice-presidente.

A investigação de denúncias de corrupção na Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura

Portuária) deverá dominar os debates, já que a CPI instalada na Câmara dos Deputados, sobre o mesmo assunto, iniciou seus trabalhos de investigação com a análise do acidente entre um avião Boeing da Gol e um jato Legacy, da Embraer, ocorrido em setembro de 2006.

Após a instalação, membros da comissão visitaram órgãos e autoridades para recolher informações sobre a crise no tráfego aéreo, que teve como estopim o acidente com o avião da Gol, no ano passado, e como ápice

a paralisação dos controladores aéreos, em março último.

Os senadores visitaram a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, e o presidente da comissão de inquérito que trata do tema na Câmara, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).

Tião Viana destacou sua intenção de cumprir rigorosamente as normas constitucionais. Ele leu estudo do Supremo Tribunal Federal sobre o funcionamento das

CPIs, e lembrou que as comissões têm interface com o Poder Judiciário e precisam investigar dentro da legalidade e dos fatos determinados no requerimento de sua criação.

Já o relator Demostenes Torres afirmou que as investigações serão focalizadas nos pontos centrais do requerimento de criação da comissão, que são as causas do acidente entre o avião da Gol e o jato da Embraer; as causas das crises no tráfego aéreo nos aeroportos; e os problemas de corrupção dentro da Infraero.

## Jarbas contesta Jucá sobre obra em aeroportos

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) contestou declaração do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que teria dito à imprensa que, quando governador de Pernambuco, Jarbas teria feito obras no Aeroporto Internacional do Recife-Guararapes/Gilberto Freyre com a ajuda do governo Lula. Jucá teria declarado a jornalistas, segundo o senador por Pernambuco, que haveria suspeita de irregularidade nas obras dos aeroportos de Goiânia e do Recife.

Para Jarbas Vasconcelos, as declarações de Jucá “são descaídas” e procuram minimizar a importância da sua posição em favor da instalação da CPI do Apagão Aéreo.

Pouco depois, Romero Jucá defendeu-se dizendo não ter conversado com jornalistas sobre irregularidades na construção de aeroportos nos governos de Jarbas Vasconcelos, em Pernambuco, e do hoje senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

Jucá assinalou ainda que as obras da Infraero foram feitas “de maneira transparente” e que respeita o trabalho da oposição no Congresso.

— O que eu disse aos jornalistas é que muitos aeroportos foram feitos em convênio, inclusive em estados cujo governador era adversário político do governo — afirmou o líder.

## Disputa política domina comissão da Câmara

A disputa política entre deputados governistas e de oposição dominou a reunião de quarta-feira da CPI da Crise Aérea da Câmara dos Deputados. A reunião tinha como pauta a votação de 39 requerimentos — entre pedidos de informação, convocação de testemunhas e diligências —, mas terminou sem votação.

Na opinião do relator, deputado Marco Maia (PT-RS), a falta de votações não prejudicará o andamento da CPI.

O presidente da comissão, deputado Marcelo Castro, lembrou que o colegiado conseguiu aprovar todos os 53 requerimentos de sua pauta na última reunião e já tem outras audiências convocadas. “Esta CPI é do Congresso Nacional, não uma CPI da oposição contra o governo.”

Na semana passada foram ouvidos o presidente da comissão da Aeronáutica que apura o acidente com o avião da Gol, Rufino Ferreira, e o delegado da Polícia Federal que conduz o inquérito, Renato Sayão.

Para os deputados, os depoimentos foram contraditórios.

## Composição da CPI

A CPI do Apagão Aéreo é formada por 13 senadores titulares e oito suplentes e tem prazo de 180 dias para apurar as causas e responsabilidades de problemas no controle do tráfego aéreo e nos aeroportos, que vieram à tona com a queda do Boeing da Gol, em 29 de setembro de 2006.

## TITULARES

José Agripino (DEM-RN)  
Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA)  
Demostenes Torres (DEM-GO)  
Mário Couto (PSDB-PA)  
Sérgio Guerra (PSDB-PE)  
Tião Viana (PT-AC)

Sibá Machado (PT-AC)  
Wellington Salgado (PMDB-MG)  
Gilvam Borges (PMDB-AP)  
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)  
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)  
Renato Casagrande (PSB-ES)  
Osmar Dias (PDT-PR)



Tião Viana (D) é escolhido presidente da CPI e Demostenes, relator

## Governistas querem manter o foco no requerimento

Os senadores do bloco de apoio ao governo destacaram a importância de focar as investigações da CPI do Apagão Aéreo no “fato determinado” que a comissão investiga, para assim conseguir bons resultados e ajudar a melhorar a imagem das comissões de inquérito junto à opinião pública.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), salientou a importância de a comissão se ater ao requerimento de criação, numa referência à intenção de senadores da oposição de apurar denúncias de corrupção na Infraero. Ela também pediu que não sejam criadas subcomissões na CPI, para evitar vazamento de documentos.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu que o governo irá colaborar com a CPI no que for preciso. Ele disse que tem a expectativa de

que os trabalhos sejam pautados pelo equilíbrio, pela responsabilidade e pela tranquilidade, sem, entretanto, “deixar de investigar o que for necessário investigar”.

Sobre a investigação das denúncias de corrupção na Infraero, Jucá declarou que “nada deve ser jogado para debaixo do tapete, desde que haja correlação com o fato determinado que criou a CPI”.

Sibá Machado (PT-AC) disse temer que o debate político-partidário leve ao que considera “interpretações diferenciadas” na tentativa de desvirtuar o foco da comissão. Já Gilvam Borges (PMDB-AP) observou que a comissão tem uma “função estratégica” para tentar resolver vários problemas, com destaque para a situação do controle de vôo, e rechaça qualquer tentativa de desvio do foco da CPI.

## Oposição inclui denúncias de corrupção na Infraero

A investigação de denúncias de corrupção na Infraero foi defendida por senadores da oposição logo na primeira reunião da CPI do Apagão Aéreo. Para Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que coordenou o processo de instalação, a comissão ajudará a “evitar outros acidentes no país” e a criar um “ambiente bom” no Brasil, mas “nada impede que aqui e ali casos de corrupção sejam detectados e punidos”.

O senador fez um apelo para que não sejam criadas subcomissões na CPI. Na opinião dele, é preciso não dar privilégios a ninguém, para que parlamentares não possam “guardar e vazar” documentos.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que seu partido estuda trazer, às próprias custas, especialistas internacionais em segurança aérea para depor.

Ele sugeriu que as primeiras audiências devem ser com os controladores de vôo, “que estão transformando os aeroportos em palcos de guerra”.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), destacou que os partidos se esmeraram na escolha dos membros da comissão para “oferecer à sociedade algo competente, e não um modelo falido de CPI”.

— Pode ser o início da mudança da imagem do Congresso Nacional — opinou.

Romeu Tuma (DEM-SP) destacou que a comissão precisa apurar quais os problemas nos aeroportos que ainda afligem a sociedade. Já o senador Mário Couto (PSDB-PA) frisou que é preciso investigar com grande seriedade, uma vez que o acidente aéreo foi muito grave, deixando 154 mortos.

## ECONOMIA



De acordo com o projeto, a nota fiscal informará o valor dos tributos embutidos no preço dos produtos

## Veja quanto você paga de imposto ao comprar

café <b>36,52%</b>	cerveja em lata <b>56%</b>
detergente <b>40,5%</b>	brinquedo <b>41,98%</b>
refrigerante <b>47%</b>	televisão <b>38%</b>
carne e frango <b>18%</b>	conta de luz <b>45%</b>
leite <b>33,63%</b>	xampu <b>52,33%</b>
cachaça <b>83,07%</b>	ferro de passar <b>44,35%</b>
cigarro <b>81,68%</b>	creme dental <b>42%</b>

# Fornecedor deverá informar impostos

Os fornecedores de mercadorias e serviços deverão informar, em nota fiscal, todos os tributos embutidos no preço de mercadorias e serviços. Essa proposta (PLS 174/06), sugerida pela campanha De Olho no Imposto e assinada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos líderes partidários em maio de 2006, foi aprovada na semana passada pela Comissão de Meio Ambiente, Direitos Humanos e Legislação Participativa (CMA). Tramitando em caráter terminativo, ainda será votada em turno suplementar na CMA, por ter recebido modificações do relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

No caso de os impostos serem divulgados por painel disponível

ao consumidor no estabelecimento ou em impresso diferente da nota fiscal, os valores poderão ser expressos em percentuais sobre o preço, ou em valores monetários, no caso de alíquota específica.

São excluídas da obrigatoriedade de divulgação dos tributos a contribuição social incidente sobre a folha de pagamento – quando não tiver relação com o custo ou preço do produto ou serviço – e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Esses tributos, argumentou Quintanilha, dependem da realização do pagamento por via bancária e seu controle exigiria a instalação de sistema de custeio em cada entidade vendedora, o que tenderia a elevar o custo para a implantação da medida – o custo Brasil.

Um dos argumentos favoráveis ao projeto, segundo os autores, é que a sua regulamentação seria simples, pois bastaria uma pequena adaptação no software das máquinas que emitem notas fiscais para que a carga tributária de cada produto seja calculada.

Edison Lobão (DEM-MA) ressaltou que o projeto pode conscientizar a população sobre a elevada carga tributária nacional. No mesmo sentido, Raimundo Colombo (DEM-SC) lembrou que existem 63 impostos, taxas e contribuições em vigor no país.

O projeto atende à determinação do artigo 150 da Constituição, que determina que lei deve esclarecer os consumidores acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.



Em 2006, Renan (C) recebeu o projeto de lei e 35 caixas com 1,5 milhão de assinaturas de apoio à proposta de 200 empresários

## Proposta foi alvo de grande mobilização da sociedade

Em 31 de maio de 2006, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu do presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, e de cerca de 200 líderes empresariais, o anteprojeto destinado a garantir ao cidadão brasileiro informações a respeito dos impostos que paga em bens e serviços que consome.

O documento chegou ao Congresso acompanhado de 1,5 milhão de assinaturas distribuídas em 35 caixas.

– É um projeto prioritário, porque dá mais transparência às relações entre Estado e cidadania – disse Renan, que apresentou a proposta com os líderes.

A aprovação da matéria, segundo Renan, tem o caráter pedagógico de ampliar a fiscalização do cidadão sobre o Estado. O texto original também previa a inserção de inciso no Código de Defesa do Consumidor, para reafirmar o direito ao “esclarecimento acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços”.

## Fiscalizar governo é meta de campanha

O objetivo da campanha De Olho no Imposto é garantir a transparência dos impostos embutidos nos preços dos produtos e serviços e mostrar quanto o governo arrecada, para que a população possa fiscalizar o uso dos recursos e cobrar a contrapartida do Estado.

Liderado pela Associação

Comercial de São Paulo, o movimento reuniu mais de 1,5 milhão de assinaturas em apoio ao projeto aprovado pela CMA na semana passada.

O site [www.deolhonoimposto.org.br](http://www.deolhonoimposto.org.br) incentivou a coleta de assinaturas e acompanha a tramitação do projeto de lei. No endereço, podem ser encon-

trados o “feirão do imposto” (com o cálculo do imposto embutido em cada produto – veja quadro), a calculadora do imposto (que mede quantos dias o trabalhador precisa para pagar impostos todo mês) e o “impostômetro” (que estima quanto o governo já arrecadou de imposto até o momento).

## Novas regras para leasing de carros

O arrendatário que quitar o pagamento de um automóvel receberá em 30 dias, da empresa de leasing, o documento único de transferência do veículo, a nota promissória do contrato de arrendamento e o termo de quitação do veículo. A empresa que descumprir o prazo vai pagar multa de 2% do valor do veículo.

O projeto de lei da Câmara (PLC 7/03) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) determina ainda que, finalizados os pagamentos, a empresa deve receber comprovante de pagamento dos IPVAs, dos DPVAs e das multas pagas, acompanhados de carta em que o arrendatário manifesta sua opção pela compra do bem.

O projeto teve apoio do rela-

tor, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e vai ao Plenário. Os arrendatários, observou o senador, reclamam porque não recebem de forma rápida o documento que permite a regularização do veículo, mesmo depois de cumprirem todas as exigências legais para a quitação.

A CAE aprovou ainda os seguintes requerimentos:

- Para que o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, falem sobre entraves ambientais à construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira e as negociações entre a Bolívia e a Petrobras, do senador Jeferson Pêres (PDT-AM). Por sugestão de Suplicy, a audiência pública deverá ser

feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

- Para que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, explique as medidas tomadas para diminuir a concentração bancária e as taxas bancárias criadas nos últimos anos, do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

- Para que o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Carvalho Azevedo, fale sobre a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativa às restrições de importação, pelo Brasil, de pneus usados e reformados da União Européia, do senador Romeu Tuma (DEM-SP).

## Política nacional da pesca tem parecer aprovado

A política nacional da pesca e as regras para a atividade foram aprovadas pela CMA. O projeto (PLC 29/03) foi alterado, por sugestão da relatora, Fátima Cleide (PT-RO). A proposta final resultou de discussões realizadas com associações de pescadores nos estados e define que a política nacional de pesca deverá promover o ordenamento e a fiscalização da pesca, a preservação e a recuperação dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional de pescadores e de suas comunidades.

Uma das alterações propostas por Fátima Cleide prevê que o modelo pesqueiro considere as necessidades da aquicultura familiar. A proibição de liberação na

natureza de organismos geneticamente modificados e definições de autorização para o exercício da pesca também foram incluídos na proposta pela CMA.

O projeto prevê a criação de planos de desenvolvimento da aquicultura, de parques aquícolas e do Sistema Nacional de Autorização do Uso de Águas da União.

Enquanto as proibições fixadas para a pesca comercial não se aplicam à pesquisa científica, a coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica dependem de autorização do órgão ambiental. A receita proveniente da taxa cobrada para a concessão de Licença de Pesca Amadora será compartilhada entre a União e os estados.

QUESTÃO AGRÁRIA Cadastro de famílias assentadas poderá ser atualizado anualmente, para evitar desvios

ANTONIO CRUZ/ABF



Integrantes do MST deixam acampamento na Bahia e seguem para área desapropriada pelo governo

## CAE aprova regra para controle de assentados

Denúncias de que parte dos assentados negocia os lotes que receberam pelo programa de reforma agrária e volta a entrar na fila de candidatos a novas áreas rurais tornaram-se frequentes nos últimos anos. Foi por conta desses desvios, constatados em casos ocorridos em Mato Grosso do Sul, que o senador Delcídio Amaral (PT-MS) resolveu apresentar projeto que exige a atualização anual das informações cadastrais dos assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e por empreendimentos privados, estaduais e municipais.

O projeto de Delcídio (PLS 180/03) foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última terça-feira, em decisão final, e será encaminhado à Câmara, mas deve gerar polêmica. O diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César Oliveira, diz que, se a proposta se tornar

lei, enfrentará sérios problemas de operacionalização. “Atualizar anualmente um cadastro que reúne informações de mais de 800 mil famílias terá um custo elevado”, aponta Oliveira.

Essa dificuldade é reconhecida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). “Atualizar todo ano pode ser difícil. Mas pode ser feito a cada cinco anos”, sugere Paulo de Tarso Caralo, secretário de Política Agrária da entidade. Entretanto, Delcídio acha que o prazo de um ano é razoável e que há instrumentos que podem agilizar essa atualização. “O país avançou tanto no voto eletrônico, no controle de informações da Receita Federal, enquanto outras áreas como o INSS e o Incra não acompanharam tal evolução”, compara o senador.

Na avaliação da Contag, a proposta de Delcídio é um passo importante para dar transparência aos assentamentos, inclusive com divulgação das informações

na internet, para que o grande público tenha acesso.

O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) do Incra reúne os dados cadastrais de cada assentado, conforme Oliveira. Ele explica que o Incra consulta a base de dados do INSS e também a base da Receita Federal, para obter informações sobre o CPF do candidato. Outra providência, continua Oliveira, é verificar se o candidato é servidor público ou se sofreu condenação.

Apesar desses cuidados, tanto a Contag quanto o Incra admitem que possa haver burla no processo. Mas, dizem, nada que seja relevante. Segundo César Oliveira, o índice de rotatividade nos assentamentos oscila entre 10% e 15%, “o que não desqualifica o programa de reforma agrária”, ressalta. Com a transparência dos dados, como propõe Delcídio, a Contag aposta numa melhor compreensão da sociedade sobre a reforma agrária.

## Contag e Incra divergem sobre metas alcançadas

Enquanto o governo exalta o cumprimento de 95% da meta do Plano Nacional de Reforma Agrária na primeira gestão do presidente Lula, com 381 mil famílias assentadas, a Contag contesta a proeza.

– O Incra inclui a regularização de antigos posseiros como parte da meta de novas famílias assentadas – acusa o secretário da Contag, Paulo de Tarso Caralo. Para ele, cerca de 50% da meta de 2003 a 2006 foram alcançados pela contabilização dos posseiros que obtiveram a titulação de suas terras.

A questão, pela abordagem do Incra, não pode ser “matemática”. O diretor do órgão, César Oliveira, explica que, quando entra no programa de assentamento, o posseiro passa a ter acesso a bens e serviços, como casa, água e energia. Ou seja, muito mais que a titulação de suas terras. A Contag reivindica que o governo Lula assente 400 mil novas famílias nos quatro anos do segundo

mandato, sem incluir a meta de 500 mil posseiros e mais 100 mil assentados pelo fornecimento de crédito fundiário para aquisição própria de terras no lugar da desapropriação.

### Famílias assentadas, segundo o Incra

Ano	Famílias assentadas
1995	30.716
1996	41.717
1997	66.837
1998	98.740
1999	99.201
2000	69.929
2001	73.754
2002	43.486
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506
2006	136.358
2007*	100.000

\* Estimativa  
Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária/Consultoria do Senado

## O que determina o projeto

O projeto do senador Delcídio Amaral determina que o Incra mantenha atualizado seu cadastro de áreas adquiridas e dos assentados pelo programa de reforma agrária, com informações disponíveis ao público. A proposta estabelece um prazo para isso: até 30 de março do ano seguinte, com atualização anual.

Os empreendimentos privados que assentam famílias em área rural, bem como os estados e os municípios, deverão enviar ao Incra, até 30 de janeiro do ano seguinte, o cadastro dos seus beneficiários. Todas as informações desses cadastros devem ser rastreadas pelo Incra e pelas entidades congêneres, antes de procederem ao assentamento dos inscritos. Aqueles que descumprirem essas obrigações poderão ser responsabilizados civil, penal e administrativamente.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) incluiu no seu relatório, aprovado na CAE, duas emendas de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto que será enviado à Câmara proíbe, pelo prazo de dez anos, que o assentado negocie imóveis rurais obtidos pelo programa de reforma agrária.



Proposta de Delcídio visa evitar desvios na reforma agrária

## Titulação de áreas pode ser agilizada

Os terrenos da União que hoje estão ocupados por particulares, em especial pela população de baixa renda, poderão ter maior agilidade no cadastramento, na inscrição e na documentação de posse. É o que prevê projeto de lei de conversão (PLV 4/07) proveniente da Medida Provisória 335/06, aprovado pelo Senado. O texto modifica diversos dispositivos legais visando agilizar os procedimentos de regularização das ocupações e da utilização ordenada de bens imóveis pertencentes à União.

As mudanças têm o objetivo de facilitar o acesso da população carente à moradia, viabilizar formas alternativas de regularização fundiária e eliminar encargos tributários incompatíveis com as políticas

sociais.

A regulamentação somente vale para as áreas ocupadas até o dia 27 de abril de 2006. O relator da matéria, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi favorável à aprovação do texto.

– Quero aplaudir a iniciativa do governo. Atualmente, mais de 85% do déficit habitacional concentra-se na população com renda familiar de até cinco salários mínimos, exatamente a faixa a que se destina essa proposição. Dados da Secretaria do Patrimônio da União, em conjunto com o Ministério das Cidades, apontam que deverão ser beneficiadas mais de 577 mil famílias, das quais cerca de 380 mil logo de imediato – afirmou Inácio Arruda.

Na discussão da matéria, Romeu Tuma (DEM-SP) leu

resposta que a Consultoria do Senado ofereceu a requerimento de sua autoria sobre abaixamento de uma área no município de Santos (SP). O pleito levado ao senador por vereadores santistas, segundo a Consultoria, está atendido no projeto de conversão.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a redução, de cinco para dois salários mínimos, da faixa salarial das famílias que passaram a ser isentas dos custos de foros, taxas de ocupação e laudêmos. No entanto, o senador disse ter preferido não propor alteração nenhuma ao projeto para evitar o risco de ele, ao voltar para a Câmara dos Deputados, perder a vigência antes de sua aprovação definitiva.

## Presidente do Incra fala sobre terras de fronteira

O presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), Rolf Hackbart, defendeu a alteração da norma que trata da ratificação de títulos de terras localizadas na faixa de fronteira. A modificação, de 2005, aumentou de 50% para 80% a exigência do

grau de utilização da área para que seja concedida a ratificação. Hackbart participou de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), requerida por Osmar Dias (PDT-PR). O senador fundamentou o convite lembrando a preocupação de produtores do Paraná com a possibilidade de o Incra utilizar o novo critério para arrecadar terras para a reforma agrária.

– Não existe um plano maquível do governo para retomar grandes propriedades na faixa de fronteira. O Incra está, apenas, efetuando vistorias, caso a caso, conforme determina a lei, a fim de avaliar a situação dos grandes imóveis rurais, como, por exemplo, a utilização racional da terra – esclareceu Hackbart.



Rolf Hackbart explica ações do Incra aos senadores da CRA

## COMISSÕES

# Comissão aprova novos usos para o FGTS

O titular do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser autorizado a utilizar esses recursos na aquisição de lote urbanizado, quitação de prestações – mesmo que atrasadas – de financiamento habitacional e amortização de parcelas de empréstimo de financiamento estudantil. Na última quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apoiou parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que recomendou a aprovação de projeto do deputado Geraldo Magela (PT-DF) e a rejeição de 14 projetos de senadores que tratam de assunto similar.

O Conselho Curador do FGTS deverá disciplinar as regras para essas novas possibilidades. A matéria (PLC 18/02) ainda depende de votação no Plenário.

A conta vinculada do traba-



CAS aprova parecer de Azeredo pela autorização de uso do fundo para compra de lote, quitação de financiamentos do SFH e do Fies

lhador no FGTS poderá ser movimentada para o pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). No caso de compra de lote popular para uso residencial, com área de até 250 metros quadrados, o valor a ser utilizado na aquisição deve atingir, no máximo, 80% do preço do

lote, e o comprador não pode ter outro imóvel.

Já o uso do FGTS na amortização de parcelas do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies), para o trabalhador ou seus dependentes de até 24 anos, é limitado a 70% do valor de cada parcela e ao saldo total de no máximo 30% do saldo da conta vinculada.

## Proposta limita exigências para candidato a emprego

Os empregadores poderão ser impedidos de exigir comprovação de experiência prévia superior a seis meses e no mesmo tipo de atividade aos candidatos a emprego, conforme decidiu a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLC 41/06), do deputado Inocêncio Oliveira, recebeu parecer favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), e

ainda será votado pelo Plenário.

“Há vários relatos de pessoas preteridas em disputa por emprego devido à exigência de cinco anos de experiência. O jovem que se inicia no mercado apenas com formação escolar, técnica ou acadêmica é prejudicado por tais exigências, que tornam inviável sua habilitação ao emprego mais qualificado”, diz Inocêncio.

Para Demostenes, “a seleção de candidato a uma vaga de trabalho poderá considerar vários elementos além da idade e do tempo de experiência. A própria fixação de um limite mínimo de seis meses de experiência, embora possa ser avaliada como insuficiente, é um parâmetro que aponta para maior inclusão da mão-de-obra jovem no mercado”, defendeu.

## Audiências debaterão profissões e obesidade

A CAS também aprovou na semana passada dois requerimentos para a realização de audiências públicas.

Uma delas, proposta por Patrícia Saboya (PSB-CE), dará continuidade à discussão sobre a regulamentação das profissões e a criação dos conselhos profissionais – iniciada em 18 de abril

com debate que focalizou especificamente aspectos jurídicos da questão. Para a segunda audiência, serão convidados, entre outros, representantes da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas e do Conselho Federal de Economia.

A outra reunião, solicitada por Kátia Abreu (DEM-TO) e a ser realizada na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da CAS, vai promover debate sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre as crianças.

## Ministro quer mão-de-obra mais qualificada

Ao falar sobre sua gestão à frente do Ministério do Trabalho e Emprego, o ministro Carlos Lupi disse que a prioridade será impulsionar as vagas para a mão-de-obra qualificada, buscando ampliar a oferta de postos de trabalho bem remunerados, especialmente para os jovens. A afirmação foi feita durante audiência realizada na semana passada, na CAS.

Lupi lamentou o fato de que, no ano passado, somente R\$ 82 milhões do total de R\$ 20 bilhões arrecadado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) tenham sido usados para investimento em treinamento e qualificação profissional.

Segundo Lupi, a melhor solução para contornar essa escassez de dinheiro será celebrar convênios com universidades, governos municipais e estaduais e com empresas,



Lupi (ao lado de Patrícia) destaca, em audiência na CAS, que sobram poucos recursos do FAT para treinar trabalhadores

para capacitação e qualificação profissional, especialmente dos jovens.

– Com esse sistema, a mão-de-obra formada já tem emprego certo nas empresas de determinada região, possibilitando a criação de trabalho qualificado – observou.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aplaudiu o mi-

nistro Lupi pelo que chamou de sua “obsessão” com emprego e qualificação profissional.

Já a presidente da comissão, Patrícia Saboya (PSB-CE), cobrou do Ministério do Trabalho medidas mais efetivas de combate ao trabalho infantil, que ainda vítima, como destacou, 3 milhões de meninos e meninas brasileiras.

## Grupo vai acompanhar situação política da Bolívia

Três integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vão analisar, nas próximas semanas, a situação política da Bolívia. O grupo – formado por Cristovam Buarque (PDT-DF), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) – foi criado pelo presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), depois de Cristovam alertar para o risco de uma guerra de secessão no país vizinho.

O senador pelo DF registrou que movimentos políticos do sul da Bolívia, onde estão localizadas as grandes reservas de gás natural do país, têm ameaçado declarar a independência da região se a futura Constituição, atualmente em debate, não incluir as suas reivindicações de autonomia. Já correm boatos na região, de acordo com o senador, de que 15 mil homens armados estariam prontos para enfrentar o governo central

boliviano.

A possível eclosão do conflito corre o risco de estender-se a outros países, segundo Cristovam. A seu ver, a região sul do Peru poderá solidarizar-se com o norte da Bolívia, pela proximidade étnica das populações de origem indígena que ocupam as duas regiões

– O Brasil tem de se preocupar com isso. Caso ocorra um conflito, poderá haver uma intervenção da Venezuela em apoio ao governo central, pelo Norte, e uma intervenção dos Estados Unidos pela parte Sul – advertiu.

Cristovam sugeriu a viagem à Bolívia de um grupo de senadores, para obter informações dos dois lados a respeito da situação do país. Antes de seguirem para a Bolívia, porém, os senadores deverão conversar com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por iniciativa de Simon.



Mozarildo, Tuma, Flexa Ribeiro, Cristovam e Rosalba participam de reunião na Comissão de Relações Exteriores

## Cinco acordos internacionais são acatados pela CRE

A Comissão de Relações Exteriores aprovou, na última quinta-feira, pareceres favoráveis a cinco projetos de decreto legislativo relativos a acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro.

Um deles (PDS 23/07), relatado por Cristovam Buarque, acatou emendas ao estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica para, entre outras medidas, ampliar a participação, na Junta de Governadores da agência, de representantes da Europa Oriental, da África, do Oriente Médio e da Ásia Meridional.

O segundo (PDS 26/07), que teve Romeu Tuma (DEM-SP) como relator, aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (inexistência de vínculo de nacionalidade), firmada em Nova York, em 1961. A comissão acolheu também parecer favorável ao PDS 30/07, relatado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), destinado a aprovar o Memorando de Entendimento entre o Brasil e Cuba para Cooperação Técnica em Saúde Animal e Sanidade Vegetal; e ao PDS 31/07, relatado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), sobre acordo com Moçambique

de Cooperação Técnica nas Áreas Sanitária e Fitossanitária. Foi ainda acatado o texto (PDS 33/07) do acordo entre o Brasil e a Romênia para isenção parcial de vistos. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou o projeto.

Por iniciativa de Mozarildo, a comissão decidiu criar o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana. A proposição teve como relator Augusto Botelho (PT-RR). Foi aprovado ainda requerimento – também de Mozarildo – de convite à secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Rosalía Arteaga Serrano, para falar a respeito de aquecimento global.

Também obtiveram aprovação dois requerimentos de Crivella que solicitam audiências – uma com o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet, sobre o acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia, e outra a respeito de possíveis riscos à soberania nacional decorrentes da privatização dos satélites brasileiros.

## COMISSÕES

# Quilombolas denunciam perseguição

As comunidades de remanescentes de quilombos, núcleos habitacionais formados por escravos africanos que fugiram do cativeiro no século 19, estão sofrendo discriminação e perseguição por parte de autoridades públicas estaduais e municipais, principalmente após a concessão da titulação, pelo governo federal, das respectivas terras que ocupam.

A denúncia foi feita por representantes de comunidades quilombolas que participaram da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir dois temas: políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial e regularização fundiária de territórios quilombolas.

A audiência pública, cuja primeira parte abordou a questão racial no país, contou com a participação de mais de 80 pessoas, entre as quais membros do Poder Executivo, procuradores estaduais e lideranças em defesa

dos direitos dos negros.

Gonçalina Eva de Almeida, do Quilombo Mata Cavalo (MT), afirmou que a discriminação contra os remanescentes de quilombos é muito grande e, embora exista um decreto garantindo a regularização e a titulação das terras, ainda há muita discussão acerca dos reais direitos dessas pessoas.

– Gostaria de pedir mais empenho dos Poderes Executivo e Legislativo para acabar de vez com os entraves burocráticos que impedem a regularização das nossas terras e também para que as políticas públicas prometidas para os quilombolas cheguem realmente a nós – pediu Gonçalina.

José Maria Gonçalves, do Quilombo Invernada dos Negros (SC), Domingos Xapóca, do Quilombo Linharinho (ES), e Dernivaldo Lima, do Quilombo Gurutuba (MG), relataram exemplos de perseguição por parte dos políticos locais, que estariam do lado dos grandes fazendeiros que reivindicam as terras que estão



Senador Paulo Paim (C) ouve o depoimento de representantes das comunidades quilombolas: discriminação e ameaças de morte

sendo reconhecidas como áreas quilombolas. Dernivaldo criticou o descaso das autoridades locais quanto aos direitos dos remanescentes de escravos e Domingos Xapóca disse que sua comunidade “tem passado por muita humilhação com o clima pesado que se formou”.

– Os poderes políticos estão do lado dos poderosos – desabafou José Maria Gonçalves.

Ivaír Augusto Alves dos Santos, assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos, reconheceu que, após a publicação do decreto do governo, multiplicou-se o número de casos de conflito e violência nas comunidades quilombolas. Ivaír também reconheceu a omissão dos estados nos conflitos e disse que muitos descendentes de escravos estão pedindo proteção de vida.



Ex-senador Abdias Nascimento, 93 anos: racismo está presente na sociedade brasileira

## Ministra diz que é preciso engajamento de todo o governo

A ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, afirmou que vários ministérios, empresas públicas e autarquias estão envolvidos na regularização dos territórios quilombolas e disse que essa responsabilidade deve envolver várias instâncias do governo e também toda a sociedade.

– O reconhecimento da dignidade histórica do povo negro não é tarefa só dos negros, mas de toda a sociedade. Quando se fala de igualdade racial, é uma realidade múltipla a ser conquistada por todos – ressaltou a ministra. Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a regularização envolve enfrentamento político e de classes. Ela disse que o decreto que deu início à regularização foi contestado pelo então PFL, hoje DEM, o que demonstraria que há resistências ideológicas à resolução da questão.

– Quem está puxando a reação não são os pequenos agricultores e, sim, as mesmas forças políticas que não deram viabilidade à regularização em governos anteriores – ressaltou.

## Incrá explica demora por causa do excesso de leis e regras

O coordenador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para os territórios quilombolas, Rui Leandro da Silva Santos, explicou a demora na regularização das áreas pelo complicado processo legal que precisa ser realizado, e que precisa atender a complexa legislação, inclusive internacional, e estudos técnicos antes de sua aprovação.

O relatório elaborado pelo Incrá ainda é submetido à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que podem contestar as conclusões do Incrá. Se aprovado, o presidente do Incrá publica portaria reconhecendo a área como território quilombola, que será então desapropriada e titulada.

O subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Presidência da República, Carlos Eduardo Trindade, sugeriu a realização de parcerias para que o processo de regularização dos quilombos brasileiros se dê com maior celeridade.

## Frente Parlamentar quer contar com maior participação popular

A Frente Parlamentar Quilombola poderá passar a contar com participação popular, para que sejam ouvidos remanescentes de escravos africanos e também das entidades representativas dos negros. A informação foi dada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora, juntamente com o senador Paulo Paim (PT-RS), do pedido de audiência pública.

A idéia de que a Frente Parlamentar Quilombola passasse a contar com participação popular foi dada na audiência por Carlos Moura, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para quem o colegiado poderia contribuir para dar sugestões com o objetivo de tornar as ações governamentais em defesa dos quilombos mais ágeis.

A senadora também defendeu que a frente amplie o número de parlamentares e prepare uma ofensiva publicitária com o objetivo de articular uma campanha nacional de conscientização da sociedade com relação aos direitos das comunidades remanescentes de quilombos.

## Luta contra o racismo é destacada em audiência pública

A importância da luta constante contra o racismo e o preconceito racial foi destacada por todos os expositores da audiência pública.

– O governo federal está fazendo a sua parte e é muito importante que os municípios apresentem a contrapartida, para que a igualdade racial possa também avançar nesse patamar, em direção à construção de um sistema integrado de promoção da igualdade racial no Brasil – destacou a ministra Matilde Ribeiro.

Já o ex-senador Abdias Nascimento, hoje com 93 anos, disse que o racismo está presente em todos os segmentos da vida brasileira, atingindo em cheio o mercado de trabalho.

– Temos que lutar, porque aos poucos vamos demolindo essas muralhas, que não são apenas violentas, mas desumanizadoras – conclamou Abdias. A cantora e compositora Leci Brandão, que trabalha com a ministra Matilde, lembrou que a discriminação e o preconceito ainda “respiram na sociedade brasileira” de várias formas.

## Prefeituras não sabem o que fazer com os resíduos sólidos

A Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos realizou audiência pública para analisar problemas ambientais decorrentes dos “lixões” e encaminhar soluções. A subcomissão é ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Nadja Limeira Araújo, gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, lamentou que grande parte das 5.564 prefeituras do país ainda não tenha se dado conta da dimensão do problema ambiental que representam a coleta e a destinação do lixo.

Segundo ela, mais de 40% das prefeituras nem sequer cobram pela destinação de resíduos sólidos. Ela explicou que o Ministério das Cidades dispõe de R\$ 40 bilhões por ano para projetos de saneamento que incluem tratamento de água, esgoto, destinação de lixo e outros projetos ambientais, dos quais 6% são destinados especificamente à questão do lixo.

Para o professor Edson Martins de Aguiar, da Universidade de São Paulo (USP), que desenvolve projetos de planejamento de rede de transporte de resíduos sólidos, esta é justamente a parte mais onerosa do processo. Segundo o professor, é preciso agrupar

os municípios para otimizar os recursos e facilitar as ações.

– Não se pode nem pensar em ter 5.700 aterros sanitários ou 5.700 incineradores no país, um para cada município – ressaltou.

Para Rudolf de Noronha, diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente, a solução para a questão é mesmo a educação ambiental, mas isso não se faz em dois anos. “É tarefa para uma geração inteira”, destacou, lembrando que as diretrizes para a área de saneamento devem partir do governo federal.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) relatou experiência de êxito que teve quando foi



Cícero Lucena (C), entre os especialistas convidados para a audiência pública: resíduos sólidos são grave ameaça ambiental

prefeito de João Pessoa – ocasião em que desativou o chamado “lixão do Roger”, transferindo 250 famílias que moravam no local para apartamentos.

Jonas Pinheiro (DEM-MT) lembrou os resultados positivos de lei

aprovada pelo Congresso Nacional obrigando o recolhimento de embalagens de agrotóxicos. Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou que a mudança da mentalidade é a “pedra de toque” para fazer as alterações acontecerem.

DIREITOS HUMANOS Três anos após conclusão de CPI, apenas cinco dos casos denunciados foram a julgamento



Comitê entregou relatório a Patrícia Saboya (2ª à esq.) e a Maria do Rosário, ao lado de Fátima Cleide

## Impunidade é regra na exploração sexual

Passados quase três anos, dos 80 casos denunciados pela CPI Mista da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, somente 18 resultaram em processos judiciais ou inquéritos policiais, uma clara indicação de que o Estado brasileiro “não se responsabiliza e não protege” a criança e o adolescente vítimas de exploração e/ou abuso sexual. Dos 18 processos, inclusive, somente cinco foram julgados em primeira instância, com apenas três condenações, duas delas com penas inferiores a cinco anos de prisão.

Essas informações fazem parte de dossiê elaborado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que acompanhou os desdobramentos de 18 casos emblemáticos de exploração sexual denunciados pela CPI. O documento foi entregue na semana passada à senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), coordenadoras da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e,

Após investigar, por mais de um ano, as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a CPI, em relatório com 668 páginas, recomendou ao Ministério Público o indiciamento de cerca de 250 suspeitos, após analisar cerca de 850 denúncias e realizar diligências e audiências públicas em 21 estados.

respectivamente, presidente e relatora da CPI. Cópias do relatório do comitê também chegaram às mãos da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, e do ministro da Justiça, Tarso Genro.

O comitê promoveu entre a terça e a quinta-feira da semana passada seminário, reunindo representantes da Justiça, do Ministério Público e de outros setores de defesa dos direitos da infância para pensar estratégias conjuntas de enfrentamento do problema. Na sexta-feira, comemorou-se

o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com atividades em todo o país.

O relatório, contundente, afirma que as informações obtidas sobre o andamento dos casos denunciados pela CPI reforçam a convicção de que, devido a uma ótica machista do Estado “juiz e punidor”, a vítima é considerada culpada e conivente com o abuso. De acordo com o consultor do comitê, Renato Roseno, a pessoa é obrigada, ao longo de um processo que dura entre cinco e seis anos, a reviver o trauma sofrido inúmeras vezes. Das 73 vítimas identificadas, 72 eram do sexo feminino, o que demonstra, segundo o relatório, que a violência é praticada por uma sociedade “machista e sexista”.

– O Estado não age; quando age, age mal – disse Roseno, para quem o Congresso Nacional tem a responsabilidade de mudar o direito penal brasileiro, o Código Penal e o Código de Processo Penal para atender, de forma diferenciada, à criança e ao adolescente-vítima.

## Relatório da CPI antecipou dificuldades para processar

A CPI Mista da Exploração Sexual já antecipava, no relatório final, as dificuldades que surgiriam na luta contra essa prática no país. Além dos obstáculos impostos por uma legislação que não facilita a punição dos criminosos, a CPI identificou problemas na visão que muitos agentes públicos têm com relação aos casos de exploração e a própria atitude de parte da mídia sobre o tema. A ponto, inclusive, de suspeitar que as redes de exploração se articulam dentro e fora do Estado.

– A superação da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes envolve, necessariamente, o compromisso contínuo dos meios de comunicação e da Justiça no Brasil com a difusão e a defesa dos valores de proteção integral da infância e juventude – pregava

o relatório.

A CPI detectou nos aparelhos policial e judicial forte resistência ao princípio da proteção integral do menor na investigação e no julgamento de agressões sexuais.

– O que se percebe, na quase generalidade dos casos, é que os inquéritos são superficiais, dificultando uma decisão judicial fundamentada – conclui o relatório, atribuindo a falhas na investigação a absolvição de vários acusados, por falta de provas.

Para a CPI, a “cultura jurídica de negligência e preconceito” é devida ainda à demora na implantação de varas especializadas; a casos de corrupção de agentes estatais; e à cumplicidade com integrantes de classes privilegiadas na condução desses processos.



A CPI mista reunida para votar o relatório, em 2004; trabalho de fôlego que percorreu o país e produziu muitos resultados

### O tamanho do problema

A CPI mista revelou a existência de 241 rotas de tráfico para fins sexuais, de caráter internacional, interestadual e intermunicipal, nas cinco regiões do país. Das 554 ocorrências catalogadas pela comissão, 151 eram do Nordeste e 108 do Norte do país.

## Alterações legislativas buscam coibir exploração de menores

Em março de 2005, o Plenário do Senado acolheu três dos projetos que integravam as mudanças legais sugeridas no relatório final da CPI da Exploração Sexual. Enviados à Câmara dos Deputados, dois foram logo aprovados, mas um terceiro vem sendo seguidamente retirado de pauta por acordo de líderes. Por isso, a própria ex-relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), pediu na semana passada que a proposta seja votada.

Um dos projetos aprovados classifica como crime os atos de fotografar, filmar e facilitar o acesso, na internet, a cenas de sexo explícito envolvendo menores (PL 4.851/05); o outro determina o fechamento definitivo de hotel, pensão ou motel que hospedar menores sem autorização escrita dos pais ou responsáveis (PL 4.852/05).

O mais abrangente, o PLS 253/04, é o que falta ser votado. Ele altera em vários pontos o Código Penal (de 1940), a começar do título de um de seus capítulos: os “Crimes contra os costumes” passariam a ser “Cri-

mes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. É nesse rol de delitos que seria inserido o “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”. Hoje esse crime só existe no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, se o projeto virar lei, a punição poderá ser estendida à rede de exploração, inclusive clientes.

Ainda deverá ser incluído o crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais, equiparando-o ao tráfico internacional. Duas outras mudanças são a previsão de que o estupro pode ser cometido contra pessoas em geral, e não só contra mulheres, e a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais contra menores. Isso permite que qualquer cidadão faça a denúncia e o Ministério Público inicie investigação (hoje, só se houver reclamação da própria vítima).

– Dessa forma, o crime costuma ficar impune, em razão de muitas vezes ser cometido por familiares, com poderes sobre a vítima – explica Patrícia Saboya, ex-presidente da CPI.

**DISQUE 100** (de qualquer lugar do país)

para denunciar casos de exploração sexual

### Exploração ou abuso?

#### O que é exploração sexual?

É o ato ou jogo sexual em que o adulto utiliza a criança ou o adolescente para fins comerciais. Indução e participação em *shows* eróticos, casas de massagem, fotografias e filmes pornográficos são exemplos de exploração sexual comercial.

#### O que é abuso sexual?

É o ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente a estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução com palavras ou com oferta de presentes.

“A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”

Constituição da República Federativa do Brasil, art. 27, § 4º.

“O Estado não age; quando age, age mal”

Renato Roseno, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

“O que nós vimos marcou o coração e a alma de cada um de nós”

Senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), ao concluir os trabalhos da CPI em 2004.

DIREITOS HUMANOS Pesquisa mostra perfil das mulheres e homens envolvidos na troca de sexo por dinheiro

# Turista sexual seduz com “vida melhor”

Nove meses conversando com garotas de programa, turistas estrangeiros e pessoas ligadas ao turismo ou à prostituição em Fortaleza, uma das principais rotas do turismo sexual no Brasil, ao lado de Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia e Natal. Após todo esse trabalho, a antropóloga Adriana Piscitelli, da Unicamp, reuniu suas conclusões em um livro, Circuitos do desejo.

Em sua pesquisa, realizada entre 1999 e 2002, Piscitelli concluiu que a ilusão de poder um dia mudar-se para um país mais rico, especialmente na Europa, é uma das grandes motivações para as brasileiras que se envolvem sexualmente com turistas estrangeiros. Pesquisadora e coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu) da Unicamp, a professora descobriu que muitas não se entendem como prostitutas. Várias não cobram para manter relações sexuais com os turistas, mas aceitam presentes deles. Colocam os parceiros na categoria de “namorados” e não de “clientes”.

– Nesse jogo assimétrico, os desejos se cruzam. Enquanto esses homens querem sexo, as mulheres buscam oportunidade na vida. Muitas delas sonham em



Adriana Piscitelli, da Unicamp: “Os homens querem sexo; as mulheres, melhorar de vida”

viajar, casar e ter filhos. Alguns se apaixonam verdadeiramente – afirma a especialista.

Piscitelli diz que, exceto os pedófilos convictos, a maior parte dos turistas sexuais entrevistados evita envolvimento com menores de idade, temendo problemas com a polícia.

Foi possível identificar, durante a investigação, uma hierarquia criada pelas mulheres em relação aos melhores parceiros: primeiro, os europeus, seguidos de norte-americanos e latino-americanos. Brasileiros no final da fila, especialmente se forem nordestinos, porque, revela a antropóloga, as mulheres consideram os homens locais “machistas, pouco românticos e violentos”.

## Anos 90 registram 1 milhão de novas pequenas vítimas

Não é só o Brasil que sofre com o flagelo da exploração sexual de crianças. Dados alarmantes foram revelados durante a realização do Fórum Internacional sobre Exploração Sexual Infantil, há cinco anos. Na década de 90, 1 milhão de menores teriam sido introduzidos na indústria sexual do mundo.

Durante o fórum, Dorchen Leitholdt, diretora-executiva da Federação Contra o Tráfico de Mulheres e Crianças, destacou o fato de o turismo sexual ser praticado por turistas de países ricos em nações pobres, onde mulheres e menores de idade estão menos protegidos pelas leis. A diretora da federação explicou que esses turistas viajam aos países em que a pobreza faz os menores mais vulneráveis, gerando maior demanda. Disse ainda que o turista sexual infantil pode ser homossexual ou heterossexual, mas, em geral, provém de países ricos e contam com renda mensal alta.

Alguns países onde a exploração sexual de menores está no auge: Estados Unidos, Reino Unido, Japão e Austrália. Elena Azaola, pesquisadora do Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social, indicou que, de acordo com relatório recente da Unicef, 1,2 milhão de crianças ficam sujeitas

ao tráfico.

Nesse processo estão vinculados taxistas, donos de bares e bordéis, como ocorre na fronteira sul dos Estados Unidos, em que meninos e meninas centro-americanos estão sendo recrutados. Um dos obstáculos ao combate, além das leis eficazes, é a ausência, em vários países da região, de registro nacional único de crianças roubadas ou desaparecidas.

Os abusos, em geral, começam dentro de casa. Na América Latina (ao lado da Ásia, uma das maiores vítimas), 80% dessas crianças e adolescentes sofreram abuso sexual em seus lares. Estudo realizado na Costa Rica, com mais de cem menores que tinham sido explorados sexualmente, mostrou que mais da metade deles desejava morrer.

No México, são mais de 16 mil crianças exploradas sexualmente, 80% delas meninas entre 10 e 14 anos, como relatou Hervert Hurtado, diretor-geral de Tráfico e Contrabando da Polícia Federal Preventiva (PFP): 90% das crianças de rua são vítimas de abuso sexual e 21 das 32 unidades da república mexicana registram altos índices de exploração sexual infantil, destacando a Cidade do México, Tijuana, Cidade Juárez, Guadalajara, Acapulco, Tapachula e Cancún.

## Governo age com campanhas educativas

Na semana passada, quando se comemorou na sexta-feira o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Menores e Adolescentes, ações de mobilização ocorreram em todo o país. No Pará, a Frente Parlamentar em Defesa das Crianças e dos Adolescentes, organismos internacionais e entidades da sociedade civil assinaram o Pacto de Santarém, que prevê ações na região da rodovia BR-163, uma das rotas mais perigosas.

A Polícia Rodoviária Federal apresentou a atualização do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais. O Ministério da Educação lançou, também no Pará, o programa Escola que Protege, para treinar educadores no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes

Cerca de 200 adultos e jovens

de todas as partes do país que atuam no enfrentamento da violência sexual contra meninos e meninas participaram, em Brasília, do 1º Encontro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Na Esplanada dos Ministérios, 600 crianças e adolescentes ocuparam os gramados em frente ao Congresso Nacional, em mobilização para que sejam aprovadas leis contra a exploração.

Durante o último carnaval, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) realizou uma forte campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em cidades como Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Rio de Janeiro. De caráter educativo, a campanha distri-

buiu camisetas, abanadores, banners e adesivos convidando a população a não se omitir diante dos casos de exploração sexual, oferecendo o Disque 100 como opção para as denúncias, que podem ser feitas de forma gratuita e anônima.

Na frente externa, os estandes da Embratur nas principais feiras internacionais distribuem aos visitantes material publicitário sobre as ações brasileiras de prevenção e combate a esse crime. Uma campanha vem sendo veiculada desde março nos 12 países do continente. Falada nas quatro línguas do continente sul-americano – português, espanhol, inglês e holandês – e com o slogan “Quem ama protege”, é a primeira realizada de forma unificada na região.

Encontro em Brasília buscou formas de ampliar combate à exploração



Esforço do governo federal inclui campanha publicitária com o slogan “Quem ama protege”

## Conseguir flagrante é uma das dificuldades

Há cerca de seis meses, 20 mulheres, entre elas duas adolescentes de 15 e 17 anos, foram detidas e levadas para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Niterói (RJ). Ninguém, porém, foi preso nem houve flagrante por exploração sexual de menores. A adolescente de 15 anos revelou aos policiais que cobrava de seus clientes R\$ 30 por meia hora de sexo e R\$ 50 por uma hora. A menor disse que não tem mãe e que o pai, com quem deixou de ter contato há muitos anos, era traficante de drogas. Ela admitiu ser usuária de cocaína e fazer programas para sustentar

a filha de dois anos.

Há duas semanas, a polícia do Distrito Federal prendeu o proprietário de um prostíbulo, onde foram encontradas várias menores que trabalhavam como garotas de programa. Nenhum dos “clientes” foi preso porque, como argumentou o tenente responsável pela operação, “a lei exige que seja efetuada a prisão em flagrante” – ou seja, durante o próprio ato sexual – para se caracterizar a exploração.

Esses são apenas dois entre dezenas de casos que se registram todos os anos no país e mostram os problemas que a polícia e a Justiça enfrentam

para combater a exploração sexual de menores. Um terceiro, porém, teve desfecho diferente.

Acusados de exploração sexual e atentado violento ao pudor contra menores, os réus E.M.V., D.R.G. e W.M.F. tiveram, em janeiro passado, pedido de liminar negado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, e continuam presos.

Os crimes atribuídos aos acusados revoltaram a população da cidade de Monte Alegre (MG). O agricultor, o funcionário público municipal e o empresário foram denunciados pelo Ministério Público por exploração sexual de menores e atentado violento ao pudor, em um dos vários casos relatados pela CPI Mista da Exploração Sexual.

D.R.G. e W.M.F. contatavam e transportavam as adolescentes e as crianças para a chácara de E.M.V., onde ocorriam os encontros regados a bebidas alcoólicas. Os acusados pagavam entre R\$ 30 e R\$ 50 para cada menor pelas práticas sexuais.



Plenário do STJ em sessão: poucos casos de exploração sexual registram sentenças definitivas e condenações

DIREITOS HUMANOS Se for aprovado pela CDH, projeto que proíbe a discriminação a homossexuais segue à CCJ

WILSON DIAS/ABR



Ativistas em defesa dos direitos de homossexuais se manifestam em frente ao Congresso, em 2005

## Polêmica marca debate de lei antidiscriminação

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) é, atualmente, cenário de um acirrado debate. Os parlamentares analisam o projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados (onde tramitou como PL 5.003/01) em novembro passado, depois de cinco anos de intensas discussões.

Nos debates, parece não haver discordância quanto à necessidade de se coibir a discriminação. Há unanimidade quanto à idéia de que, para obter um emprego, frequentar ambientes públicos ou ascender profissionalmente, homossexuais e heterossexuais devem ter os mesmos direitos.

O consenso acaba aí. Os que são contrários ao projeto, especialmente católicos e evangélicos, argumentam que o texto da Câmara atenta contra a liberdade religiosa e contra a liberdade de expressão, que são garantias constitucionais. Já os defensores dos interesses dos homossexuais classificam os grupos contrários como “fundamentalistas” e apontam os crimes contra os homossexuais, o que justificaria a lei antidiscriminação. Não há estatísticas oficiais sobre esses crimes, mas ONGs como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o Centro Latino-Americano em Direitos Humanos e Sexualidade (Clam) e o Grupo Gay da Bahia coletam informações a respeito.

Em pesquisa do Clam em 2005, junto a participantes da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 65% dos entrevistados disseram ter sofrido agressões verbais ou físicas.

A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), diz que uma lei antidiscriminação de homossexuais é demanda da sociedade.

– O país tem a trágica marca de um homossexual assassinado a cada dois dias – argumenta, em entrevista à Agência Senado.

Já o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) critica o texto, que daria a homossexuais uma proteção que “deveria ser dada às mulheres, aos idosos e às crianças”.

– O texto deve proteger sem tutelar e sem ofender nem diminuir a liberdade religiosa, que é uma conquista importante – declara.

## Relatora quer combater violência e preconceito

“Para alterar a atual cultura de discriminação homofóbica, é necessário instituir punições específicas à prática desse tipo de violência.” É o que pensa a relatora Fátima Cleide sobre o PLC 122/06, que prevê cadeia para práticas discriminatórias.

– Além da quantidade de assassinatos e de atentados contra homossexuais, pesquisas registram outras formas de discriminação, igualmente cruéis, contra uma parcela expressiva da população – disse à Agência Senado.

Ela deve apresentar relatório favorável, mas só o fará depois de “ponderar argumentos favoráveis e contrários”. Fátima Cleide adiantou que não vê inconstitucionalidade e discorda de quem lê no texto ameaças à liberdade religiosa e de expressão.

– Não se conhecem casos de religiosos que tenham sido punidos com base em legislações estaduais ou municipais antidiscriminação – ressaltou.

Sobre o risco de as instituições religiosas ficarem impedidas de

afastar ministros homossexuais, Fátima Cleide afirma não ver possibilidade de interferência estatal nas atividades religiosas.

– No entanto, é possível que, tornando-se norma explícita em vigor, esse direito civil inspire questionamentos internos em cada igreja – afirma.

Segundo Toni Reis, presidente da ABGLT, os homossexuais são a única minoria que não tem, no Brasil, legislação nacional específica protegendo-a de discriminação. Ressalta, porém, que 13 estados e 112 municípios já criaram leis sobre o assunto.

Diante da polêmica, o presidente da ABGLT disse que “há margem para negociações”, desde que se garanta a existência de uma lei que proteja os direitos de homossexuais no Brasil.

– Ninguém quer que o negro seja discriminado. O que a lei propõe é a mesma garantia para os GLBLT – disse Toni Reis à Agência Senado, usando o termo que contemplaria melhor a diversidade sexual: a sigla para “Gays,



Para Fátima Cleide, as punições podem mudar a cultura de discriminação homofóbica

Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

Ao falar sobre a discriminação, ele conta que muitos pais não aceitam a orientação sexual dos filhos, e chegam a expulsá-los, deserdá-los, espancá-los e até matá-los. Afirma que muitos homossexuais perdem o emprego ao assumir sua orientação sexual. E reitera que a lei não acabará com a discriminação e a violência contra homossexuais.

– Políticas favoráveis aos GLBTT devem permear os órgãos públicos, influenciando na educação, na saúde, na cultura, na segurança pública e assim por diante.

## Para opositores, proposta fere liberdade religiosa

Um dos argumentos contrários ao PLC 122/06, que criminaliza a discriminação contra homossexuais, é o de que a proposta atentaria contra a liberdade de expressão e contra a liberdade religiosa, garantidas pela Constituição. O texto, no artigo 8º, define como crime a prática e a incitação “de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica” contra os homossexuais.

– Como vamos considerar crime um pai ensinar ao filho que o homossexualismo é antinatural ou que é pecado? É direito de cada um expressar sua opinião. Em um país democrático é garantida a livre expressão – disse Marcelo Crivella à Agência Senado. O parlamentar, que integra a Igreja Universal do Reino de Deus, faz parte do grupo de trabalho que estuda a proposta na CDH.

Quem se opõe ao texto aprovado pela Câmara sustenta que o artigo 8º poderia incluir a proibição de expressão de juízos negativos acerca do homossexualismo, como os que aparecem na Bíblia, e no catecismo da Igreja Católica e de outras denominações. Assim, qualquer um que falasse contra o homossexualismo correria o risco de ser condenado a uma pena de um a três anos de prisão. Além de apontar o risco às liberdades religiosa e de expressão, Crivella destaca outro ponto do qual discorda: se o texto for aprovado, diz, as igrejas ficariam impedidas de afastar padres e pastores homossexuais de suas atividades, embora, ao assumir essa orientação sexual, “contrariem princípios bíblicos”.

– É preciso um amplo debate

para que a lei não contenha vícios constitucionais – frisou.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também defende mudanças no projeto.

– A Igreja Católica coloca em relevo a defesa e a promoção da família. Como está formulado, o projeto leva a entender a homossexualidade como fonte positiva de direitos humanos, equiparando-a à raça e à cor – disse dom José Negri, bispo de Florianópolis, à Agência Senado.

Ele critica o artigo 7º, que define como crime “impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público” em virtude de se tratar de homossexuais. Para dom Negri, tais manifestações de afetividade precisam ser melhor definidas, pois poderiam abranger comportamentos obscenos, capazes de ofender qualquer um, “quer se trate de um ato homossexual ou heterossexual”.

Crivella sublinha, como dom Negri, que não se deve discriminar ninguém por opção sexual, política, religiosa ou filosófica: “Discriminação é coisa odiosa”.



Marcelo Crivella se preocupa em proteger as liberdades religiosa e de expressão

## Projeto prevê cadeia

Se o PLC 122/06 for aprovado sem alterações, a discriminação contra homossexuais passará a ser considerada crime, podendo acarretar prisão. Para isso o projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho, o Código Penal e a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião e nacionalidade. No rol de características protegidas, o projeto acrescenta o sexo (masculino ou feminino), a orientação sexual (heterossexual, homossexual e bissexual) e a identidade de gênero (por exemplo, a transexualidade).

Passaria a ser crime demitir, deixar de contratar, impedir ou dificultar a ascensão profissional de alguém por sua orientação sexual. As penas iriam de dois a cinco anos de reclusão. Preterir homossexuais em seleções educacionais ou programas de recrutamento seria punido com dois a cinco anos de prisão.

Impedir a entrada ou a permanência de homossexuais em lugares públicos ou ambientes privados abertos ao público poderia resultar em pena entre um e três anos de reclusão. Seria punido com no mínimo três e no

máximo cinco anos de reclusão quem impedir ou cobrar a mais pela hospedagem de homossexuais em hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos similares.

A recusa ou a sobretaxa em aluguéis ou vendas, arrendamentos ou empréstimos de bens móveis e imóveis, motivadas por preconceito contra a orientação sexual, teria pena de reclusão de dois a três anos.

Impedir que homossexuais manifestem afetividade em lugares públicos ou privados abertos ao público seria crime com pena de dois a cinco anos.

Injúrias e xingamentos com base na orientação sexual resultariam em reclusão de um a três anos, além de multa.

O artigo 8º criminaliza a prática, a indução e a incitação da discriminação e do preconceito, incluindo ações violentas, constrangedoras ou vexatórias, mesmo de ordem moral, filosófica ou psicológica. O texto diz que sua interpretação deve atender ao princípio “da mais ampla proteção dos direitos humanos”, considerando-se as diretrizes das cortes internacionais, “sempre que mais benéficas em favor da luta antidiscriminatória”.

CÉLIO AZEVEDO

## PLENÁRIO

# Heráclito: corrupção se antecipa ao PAC

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestou na última sexta-feira preocupação com indícios de corrupção no programa do governo federal Luz para Todos, citando a situação da execução desse programa no estado do Piauí. O parlamentar disse ainda considerar grave que o esquema de corrupção tenha se antecipado à implementação dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme as revelações da Operação Navalha, da Polícia Federal, deflagrada na quinta-feira passada.

– Ele [PAC] ainda não funciona, não foi lançado. Entretanto, o que se ouve e o que se lê no noticiário é que esse grupo estava estruturado para montar um esquema que atuaria no PAC

que, efetivamente, vai nascer – afirmou.

O senador salientou em seu pronunciamento que há poucas informações sobre esses fatos, visto que a operação da Polícia Federal corre em segredo de justiça. Ele ressaltou, no entanto, que não poderia abrir mão de discutir e de lamentar profundamente os dois indícios de atuação do esquema de corrupção, envolvendo o Luz para Todos e o PAC.

Em relação às denúncias que envolvem o Luz para Todos no Piauí, Heráclito informou que o governo estadual estipulou a meta de levar energia elétrica a 100% das residências rurais em curto prazo. No entanto, observou o parlamentar, as obras com essa finalidade estão paralisadas sem que haja justificativa



Indícios de corrupção no PAC e no programa Luz para Todos no Piauí preocupam Heráclito

para isso. Ele disse ainda haver informações de que empresa proveniente da Bahia instalou-se no Piauí e está comandando o processo de licitação dessas obras, impedindo que empresas do estado dele participem.

## Inácio Arruda quer discutir vetos com Lula

A constituição de um grupo de dez a 15 senadores e igual número de deputados do Nordeste e do Norte para discutir com o presidente Lula os vetos aos projetos de lei de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sude-ne) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi defendida na sexta-feira pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Segundo o parlamentar, se os vetos prevalecerem, os dois órgãos não terão condições de desempenhar de forma estratégica e integrada os importantes papéis a que foram destinados.

Em seu pronunciamento, Inácio Arruda propôs ainda uma ação coletiva da sociedade, incluindo o Congresso, destinada a acabar de vez com a corrupção e com os esquemas de fraudes que, lembrou o senador, estão sendo

montados dentro das próprias estruturas dos ministérios e de outros órgãos, com o objetivo de desviar recursos públicos reservados a obras importantes para o desenvolvimento do país.

Inácio Arruda elogiou a Operação Navalha, da Polícia Federal, que desarticulou na quinta-feira, em vários estados, um esquema de fraudes em licitações e de desvio de recursos federais, prendendo mais de 40 pessoas.

## HOMENAGEM

## A trajetória de um crítico dos descaminhos

“Um arguto observador e crítico dos caminhos e descaminhos dos governantes”, como o definiu o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o poeta e escritor Gerardo Mello Mourão, falecido em 9 de março último, aos 90 anos, recebeu homenagem do Senado na quarta-feira. O evento foi acompanhado pelo filho do escritor, Gonçalo Mourão, diretor do Departamento da América Central e Caribe do Itamaraty, além de representantes do corpo diplomático de México, Chile, Zâmbia, Japão e Portugal. Fizeram parte da Mesa os ex-senadores Abdias Nascimento e Mauro Benevides, além do ex-deputado Paes de Andrade.

Inácio Arruda justificou a homenagem afirmando que “nosso

povo precisa conhecer aqueles homens e mulheres que levaram aos quatro cantos do mundo a existência de nosso país”. Também destacaram a trajetória intelectual e política de Mello Mourão os senadores José Nery (PSOL-PA), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

José Nery citou o professor Robert Graves, da Universidade de Oxford, para quem, pela obra de Gerardo Mello Mourão, o Brasil e o continente americano alcançaram, pela primeira vez, “a voz da grande poesia de grande poética universal”.

Paulo Paim elogiou a luta de Mello Mourão em prol dos direitos humanos e contra a discriminação racial, enquanto Cristovam Buarque afirmou que o poeta e

escritor – em sua avaliação, um dos mais importantes do século 20 – deixou “filhos intelectuais”, entre os quais se incluiu.

A homenagem foi marcada ainda pelo lançamento, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, também na quarta-feira, do livro A saga de Gerardo: um Mello Mourão, do escritor cearense José Luís Lira. A obra constitui um relato biográfico do poeta, escritor, jornalista e político brasileiro.

No livro, José Luís Lira registra frases de vários literatos contemporâneos do mundo inteiro, entre eles o escritor norte-americano Ezra Pound, que assinalou nunca ter conseguido escrever a epopéia da América, embora tenha tentado. “Quem conseguiu

## Paim defende política de prevenção de acidentes

Cinco mil trabalhadores morrem por dia em todo o mundo devido a acidentes de trabalho, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS), em discurso no Plenário, na sexta-feira. Esse número representa o dobro das mortes que ocorrem por guerras ou enfermidades como a Aids. O Brasil – onde morreram em 2005, no meio urbano, 2.708 pessoas vítimas de acidentes de trabalho – ocupa o quarto lugar no ranking mundial dos países com maior número de acidentes de trabalho.

Segundo Paim, ocorrem 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de doenças profissionais por ano em todo o mundo. O parlamentar disse que é necessário haver uma política mais incisiva para a prevenção de acidentes e doenças provocados pelo trabalho.

– Estudos nacionais e internacionais informam que os acidentes e as doenças decorrentes do trabalho acontecem, principalmente, por falta de planejamento e compromisso com a questão.

Paim destacou o papel da Fundação Jorge Duprat Figueiredo na prevenção.

## Mozarildo quer plano para desenvolver Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adoção de um projeto que assegure o desenvolvimento sustentado de Roraima, estado criado pela Constituinte de 1988.

Para Mozarildo, apesar dos avanços nos setores econômico e social registrados nos últimos anos, Roraima ainda se prende a certas amarras que bloqueiam seu desenvolvimento. Como exemplo, citou a questão da terra, que, observou, está nas mãos do governo federal, sob a tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr).

– Apesar de ser pequeno e encravado na Amazônia, Roraima tem de tudo para ser um estado-modelo – previu.

O parlamentar destacou ainda a publicação da primeira revista do Centro Federal de Ensino Tecnológico do estado, intitulada O Norte Científico, bem como a passagem do sétimo aniversário da Defensoria Pública do estado, comemorado no sábado (19) com o lançamento de uma cartilha dos direitos do cidadão.

Mozarildo aproveitou a ocasião para comunicar ao Plenário que já encaminhou à Mesa do Senado requerimento solicitando a realização de sessão especial para lembrar a passagem da data de falecimento do ex-presidente Getúlio Vargas, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954.



Na Mesa do Senado, Inácio Arruda, Paes de Andrade, Abdias Nascimento e Mauro Benevides ouvem o discurso de José Nery

foi esse poeta de O país dos Mourões”, teria dito Ezra Pound, referindo-se à obra sobre a epopéia da família Mello Mourão no Nordeste brasileiro.

Nascido em Ipueiras (CE), em 1917, e autor de livros como O país dos Mourões e A invenção do mar, Gerardo Mello Mourão

foi indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1979. Sua obra mereceu a reverência de Carlos Drummond de Andrade, que chegou a considerá-lo o maior poeta brasileiro de todos os tempos. Além de poeta e escritor, ele também foi correspondente internacional.



Manifestantes pedem aprovação de projeto que autoriza exploração de loterias

## Pela regulamentação dos bingos

Trabalhadores de casas de bingo fizeram na quarta-feira passada manifestação em frente ao Congresso a favor da regulamentação da atividade. Segundo o deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), a legalização dos bingos irá gerar 120 mil empregos diretos, condição que dará aos trabalhadores acesso a todos os direitos previstos em lei, e 200 mil empregos indiretos.

Antes da manifestação, o deputado reuniu-se com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para pedir agilidade na tramitação do projeto que autoriza os es-

tados e o Distrito Federal a explorarem loterias (PL 472/07). A proposição, proposta pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos do Senado, autoriza a exploração de loterias, diretamente ou por meio de concessão, com prévia aprovação da Caixa Econômica Federal.

– Esta é uma solução, pois se não legalizar continua a corrupção. Se legalizar, o governo arrecada e os trabalhadores terão direitos garantidos – disse Paulo Pereira, ao afirmar que Chinaglia comprometeu-se a ouvir os líderes a respeito da tramitação do projeto até esta terça-feira.

JUDICIÁRIO Leia nesta página e nas duas seguintes como tem sido a relação entre o Judiciário e o Legislativo



Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão: segundo livro do consultor Vieira Júnior, "há uma revolução silenciosa em curso na jurisprudência da Suprema Corte"

## STF cada vez mais atento ao Congresso

A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em ações que envolvem decisões do Congresso Nacional é cada vez mais ativa e pode levar a uma redefinição do equilíbrio entre os Poderes da República. A observação é do consultor legislativo do Senado Ronaldo Vieira Júnior, no livro *O Supremo Tribunal Federal e o controle jurisdicional da atuação do Poder Legislativo*, lançado este mês pela Secretaria Geral da Mesa do Senado.

A publicação traz decisões do STF em ações que envolvem o Legislativo no período de outubro de 1988, quando a Constituição foi promulgada, até dezembro de 2006. O resultado de dois anos de estudos está em 870 páginas que reúnem as discussões sobre medidas que causaram grande

repercussão, como a derrubada da cláusula de barreira, a verticalização das coligações partidárias, a fidelidade partidária, as comissões parlamentares de inquérito (veja mais detalhes na página ao lado).

A entrada de novos ministros no STF (oito foram nomeados nos últimos sete anos) explica, em parte, tal mudança. Mas há outras explicações.

– São relevantes nesse processo a ampliação da mobilização da sociedade, a livre atuação dos veículos de comunicação, a exigência por maior transparência dos agentes públicos, seja quando o cidadão aciona o Judiciário diretamente, seja por suas organizações de classe ou pelos partidos políticos – afirma Vieira Júnior.

Essa tendência à mudança, tendo em vista a grande circulação de informações potencializada com o advento da internet, analisa, faz com que os Poderes não permaneçam intangíveis ao cidadão como antigamente. O resultado disso é que o Judiciário vem apresentando novas soluções para velhos problemas, por meio de interpretações por vezes completamente antagônicas às anteriores, até quando não há alteração no texto constitucional.

– Há uma revolução silenciosa em curso na jurisprudência da Suprema Corte. Diante da demora ou da falta de disciplina no cumprimento da lei, a atuação do Supremo tornou-se mais efetiva em áreas que, anteriormente, eram quase indecifráveis ao controle jurisdicional – analisa Vieira

Júnior, que desde o mês passado ocupa o cargo de consultor-geral da União, na Advocacia Geral da União (AGU).

### "Atuação do Supremo não tolhe o Parlamento"

O estudo, na avaliação de Vieira Júnior, não significa que o trabalho do Congresso esteja tolhido, mas oferece dados que podem ajudar na tomada de decisões pelo Legislativo na hora de formular as leis e as instituições do país.

– A importância é saber como pensa o Supremo em determinado momento, para inclusive antecipar a atuação parlamentar. Fato é que violações ao processo legislativo têm sido combatidas com mais ênfase que outrora – afirma Vieira Júnior, para quem a atuação do STF pode levar a

mudanças no trabalho do próprio Congresso.

Outra mostra dessa mudança no STF é a sua iniciativa de promover audiência pública, instituto tipicamente parlamentar, em casos em que o Congresso ainda não aprovou a legislação, como aconteceu, por exemplo, em relação à pesquisa com células-tronco humanas.

– A tendência é que o Congresso reaja e busque preservar as suas prerrogativas e reequilibrar as ações com o Supremo. De maneira análoga, por conta das medidas provisórias, existe uma grande reclamação no sentido de que o Legislativo desempenhe suas prerrogativas, analise os critérios de admissibilidade e contenha a ação do Executivo – observa Vieira Júnior.

## Renan Calheiros destaca busca da harmonia entre Poderes

O Senado e o STF, a cada dia, aperfeiçoam o relacionamento institucional em favor da democracia. É isso o que fica ilustrado nos debates compilados no livro *O Supremo Tribunal Federal e o controle jurisdicional da atuação do Poder Legislativo: visão panorâmica e comentada da jurisprudência constitucional*, na visão do presidente do Senado, Renan Calheiros, na apresentação do texto.

O livro foi elaborado com base na necessidade da Secretaria Geral da Mesa do Senado de contar com um guia de referência sobre as decisões do STF acerca do trabalho do Congresso.

– O mérito da obra é inegável, dado o esforço de sistematização e análise de assuntos tão variados e complexos. O processo legislativo se sujeita aos pronunciamentos da Corte constitucional, tanto no conteúdo quanto na forma – afirma Renan.

O presidente do Senado registra que, ao mesmo tempo, a Constituição atribui ao Senado a missão de confirmar ou rejeitar as indicações do presidente para o Supremo. Esses mecanismos de pesos e contrapesos idealizados na Constituição são o que permite harmonia entre os Poderes.

– A obra é mais uma evidência dos

esforços que empreendemos na busca da integração do Senado com os demais Poderes e com a própria sociedade civil organizada – avalia Renan.

A obra foi elaborada na Secretaria Geral



Vieira Júnior (E) vê ação mais efetiva do STF. Renan ressalta integração dos poderes

da Mesa durante a gestão do hoje ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro. Ele entende que a sistematização das decisões do STF facilita a consulta às decisões de pontos contesta-

dos da Constituição, muitas vezes dentro do próprio Congresso. A pacificação de conflitos pelo STF, afirma, ajuda na melhor condução dos trabalhos legislativos.

– O livro vai servir para o mundo jurídico e para as pessoas que se interessam pelas atividades do Congresso, que repercutem na vida dos cidadãos – aposta Carreiro, indicando a necessidade de atualização da obra diante da dinâmica do mundo jurídico.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, disse que deixa o livro sempre à mão em seu trabalho diário, por tratar de temas que inspiram o bom funcionamento do Legislativo.

– É um subsídio valioso para estudos técnicos que habitualmente são feitos na Mesa – afirma.

Ainda não foi iniciada a comercialização do livro. As publicações editadas pelo Senado podem ser compradas na Livraria da Casa, por meio do Disque-Publicação, que atende pelos telefones 61-3311.3575 ou 61-3311.4755; da internet pelo site [www.seep.ws](http://www.seep.ws); ou pessoalmente, em Brasília, na Subsecretaria de Edições Técnicas, que fica na Via N2, Unidade de Apoio 3, CEP: 70165-900.



JUDICIÁRIO CPIs, mandatos, coligações partidárias e criação de municípios foram alvos das decisões do tribunal

# Ministros promovem revisão legal

No livro do consultor Ronaldo Vieira Júnior estão relacionadas centenas de decisões do STF (liminares ou de mérito) em que ações do Congresso, do Senado, da Câmara, de suas comissões, mesas

diretoras, presidentes e parlamentares estão em julgamento. O *Jornal do Senado* selecionou algumas das que tiveram maior repercussão no trabalho do Congresso.



Deputados Marco Maia (E) e Marcelo Castro na CPI do Apagão Aéreo da Câmara

## CPIs, direito das minorias

As decisões tomadas pelo presidente, pela Mesa Diretora ou, eventualmente, pela Maioria no sentido de impedir o funcionamento de CPIs são ilegais por ferirem o direito da Minoria. As decisões do STF que determinaram a instalação da CPI dos Bingos, em 2005 no Senado, e da CPI do Apagão Aéreo, este ano na Câmara, demonstram essa tendência que mudou o tratamento da questão no Congresso.

As manobras da Maioria para evitar as investigações levaram, no máximo, ao adiamento do início dos trabalhos (como na CPI do Apagão Aéreo da Câmara).

Além de Vieira Júnior, o secretário-geral

adjunto da Mesa do Senado, Marcos Santi, lançou livro (*Criação de comissões parlamentares de inquérito*), no final de 2006, apontando para os caminhos adotados pelo STF. A obra foi uma das principais fontes para a decisão que determinou a criação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara.

— A preocupação com a preservação da integridade do direito das minorias parlamentares à investigação legislativa foi também revelada em precioso magistério doutrinário expendido em monografia, levando o autor, Marcos Santi, a expor, em tom de advertência, as conseqüências lesivas a tal prerrogativa constitucional — afirmou o relator, ministro Celso de Mello.

## Emenda parlamentar

Também foi graças a interpretações do STF que foi regulamentada a possibilidade de apresentação de emendas por parlamentares a projetos de lei de iniciativa do Executivo. Em 1996, o STF apontou a inconstitucionalidade da

emenda parlamentar que gere aumento de despesa. Ao mesmo tempo, o Supremo reconhece a possibilidade de tais projetos serem emendados, mas desde que não desvirtuem os objetivos iniciais da matéria e não tratem de assunto diverso ao da proposta inicial.



Waldomiro Diniz obteve *habeas corpus* no STF para ficar calado nas CPIs

## Limites às CPIs

Desde a década de 90, o STF analisou mandatos de segurança e *habeas corpus* impetrados sob o argumento de que arbitrariedades seriam cometidas contra direitos fundamentais de testemunhas ou acusados em CPIs. O entendimento é que o poder das comissões não é absoluto.

Entre outras, estão em vigor interpretações de que as CPIs não podem: realizar apurações genéricas, abrangentes e por prazo indeterminado; determinar quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico sem motivação fundamentada; decretar a indisponibilidade de bens de pessoas investigadas; desrespeitar a proteção a testemunhas ou indiciados

para não auto-incriminar-se, ou seja, para permanecer calados; decretar a prisão de qualquer pessoa, exceto em flagrante; vazar informações resguardadas por lei; determinar busca domiciliar (o lar é inviolável); promover interceptação telefônica; convocar juízes para depor ou quebrar o sigilo de suas informações protegidas constitucionalmente; e impedir que o advogado se comunique com o cliente durante depoimento.

Com base nessas decisões, consagrou-se a atitude de testemunhas e acusados de permanecerem em silêncio, como no caso do ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz, entre outros, especialmente nas CPIs que funcionaram em 2005 e 2006 (dos Bingos, dos Correios, do Mensalão e dos Sanguessugas).

## Mandado de injunção

Previsto na Constituição, o mandato de injunção visa à preservação de um direito constitucional, mesmo que o Executivo e o Legislativo não tenham tomado as medidas necessárias para regulamentar a norma. Até os anos 90, a tendência entre os ministros era de que não cabia ao tribunal formular uma solução normativa para um vácuo legislativo. O máximo que o STF fazia era oficiar o Legislativo sobre sua omissão.

A decisão — ainda não concluída — acerca da lei que define os serviços essenciais a serem mantidos em caso de greve de servidores públicos ilustra a mudança de visão do STF. Na falta de lei específica, o Supremo tende a optar por utilizar acessoriamente a lei que define a greve para empregados da iniciativa privada.

— A perspectiva com relação ao mandato de injunção é de uma alteração radical no entendimento do STF. Anteriormente, conduzido pelo voto do ministro Moreira Alves [já aposentado], o Supremo negava-se a assumir postura ativa para oferecer uma solução normativa. Atualmente, votos dos ministros Gilmar Mendes e Eros Grau demonstram a ação do tribunal sobre a omissão na efetivação de direitos fundamentais — afirma Vieira Júnior.

## Cláusula de barreira

Em decisão liminar, em 1996, o STF entendeu que a cláusula de desempenho (ou cláusula de barreira) para os partidos políticos era constitucional, pois a autonomia partidária e o pluripartidarismo estariam preservados. Dez anos mais tarde, oito dos 11 ministros haviam mudado e, junto com eles, a interpretação do instituto, que passou a ser considerado inconstitucional.

A alteração radical foi baseada justamente na violação do pluralismo político, da autonomia partidária, da isonomia entre os partidos e entre os eleitores e, ainda, do pacto federativo.

Aprovada em 1996, a previsão da entrada em vigor da cláusula de barreira a partir de 2007 já havia causado grande rearranjo dos partidos, em fusões e incorporações. A decisão do STF, em dezembro de 2006, frustrou essa expectativa e desapontou os grandes partidos, que pretendem, agora, constitucionalizar a norma.

## Mandato é do partido

Em 2004, ao julgar mandato de segurança, o STF, instruído pelo relator, ministro Gilmar Mendes, entendeu que a perda de mandato não se aplica a casos de infidelidade partidária, ou seja, na troca de partido. Essa possibilidade não está prevista no artigo 55 da Constituição.

A disputa está prestes a ter um novo capítulo: o TSE, em resposta a consulta do DEM, decidiu, por 6 votos a 1, que o mandato obtido nas eleições proporcionais (para deputados e vereadores) pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato.

No início de maio, além do DEM, o PPS e o PSDB entraram com três mandatos de segurança no STF contra o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que não atendeu aos pedidos para que os suplentes de suas coligações assumissem no lugar dos deputados que migraram para partidos da base de apoio ao governo.

Para que o STF não continue a tomar decisões no vácuo deixado pelo Legislativo, o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 4/07) pela qual a mudança de partido só não implicará perda de mandato se feita

nos 30 dias antes do prazo de filiação partidária para candidatura à eleição seguinte (um ano antes das eleições).

## Criação de municípios

Emenda constitucional restringiu as possibilidades de criação de novos municípios (EC 15/96), que antes podia ser feita por lei estadual e, a partir de então, passou a depender da aprovação de lei complementar federal, que nunca aconteceu. Ou seja, ao tentar barrar a proliferação indiscriminada de municípios, a EC fechou as portas. A situação ficou mais grave quando o Congresso aprovou e o presidente Lula vetou lei complementar em 2003, sob o argumento de inconstitucionalidade.

Desde 1996, estados e municípios buscam saídas para viabilizar o desmembramento de cidades que, por razões históricas e econômicas, precisam de autonomia. Mas o STF não reconhece aos estados o poder de legislar sobre o assunto, por conta dos requisitos da Constituição.

No início de maio, no entanto, o STF, em resposta a ação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso contra os presidentes da República e do Congresso, deu 18 meses para que o Congresso regulamente o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição e aprove uma lei complementar para que limites de municípios possam ser alterados. Instruído pelo ministro Gilmar Mendes, o plenário entendeu que, como está redigida, na prática, a norma inviabiliza a criação de novas municipalidades.

— Não vejo como não reconhecer a omissão constitucional do legislador — afirmou Gilmar Mendes.



Marco Aurélio comandou o TSE nas decisões sobre a verticalização

## Verticalização

O TSE determinou que, graças ao caráter nacional dos partidos, as coligações estaduais deveriam respeitar os acordos firmados em nível federal. A decisão, adotada para as eleições de 2002, causou desconforto aos partidos, acostumados a estabelecer as coligações que desejassem.

Em ação de inconstitucionalidade, o PCdoB alegou desrespeito à autonomia dos partidos, mas o STF entendeu que a interpretação era possível, já que a Constituição não trazia norma sobre as coligações partidárias.

Mais tarde, o Supremo determinou que a Emenda Constitucional 52/06 (estabelece a liberdade de os partidos se coligarem) não poderia ser aplicada nas eleições subsequentes, em respeito ao princípio da anualidade, pelo qual lei eleitoral só produz efeitos um ano depois de promulgada.

JUDICIÁRIO Decisões do STF surpreendem, mas não são questionadas por congressistas. Por vezes, TSE é contestado

# Em questão, o papel do Congresso

Decisões do Judiciário que interferem nos trabalhos do Legislativo expõem a demora do Congresso em oferecer legislação de qualidade sobre assuntos que esperam respostas da sociedade. A opinião é de senadores ouvidos pelo Jornal do Senado sobre o assunto.

Marconi Perillo (PSDB-GO) acredita que o Congresso “dá motivo às decisões do STF por deixar de analisar matérias im-

portantes para o país e cede espaço para que o Judiciário legisle em lugar do Legislativo”.

Ao passo que a interferência pode ser encarada como uma intromissão indevida, já que os papéis institucionais clássicos não são preservados, Marconi entende que a intervenção é prevista na Constituição e também pode ser considerada benéfica.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) considera que há mais lacunas deixadas pelo Congresso

que exorbitância do STF. Ele observa que parte da explicação viria de outro desequilíbrio entre os Poderes: o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo, que limita a ação do Legislativo.

– O Congresso está tolhido pelas medidas provisórias, que contribuem para sua inibição ao legislar – analisa Garibaldi.

Para o senador, deve ser dada prioridade absoluta à regulamentação da Constituição para que não haja necessidade de acionar o STF para a garantia de direitos.

Uma melhor observância das regras constitucionais pelo Congresso seria uma forma de evitar um excesso de controle do STF sobre as decisões do Legislativo. Essa é a sugestão de Francisco Dornelles (PP-RJ), para quem as recentes decisões demonstram que as mesas do Senado e da Câmara têm de ser mais cuidadosas e respeitar as determinações do STF.

– A relação entre Supremo e Legislativo não é conflituosa. Posso achar algumas das decisões do Supremo exageradas

no mérito, mas reconheço a competência do STF – afirmou Dornelles.

Renato Casagrande (PSB-ES), por sua vez, entende que os fatos demonstram que a democracia brasileira está em processo de construção e aperfeiçoamento.

– Vejo com naturalidade as decisões do tribunal sobre temas votados no Congresso, por se tratar do órgão máximo de defesa do Direito e de preservação das

instituições. Às vezes, algumas das decisões do Congresso são revistas por ausência de uma posição antecipada sobre o assunto – avalia Casagrande, que este ano deixou a Câmara para tomar assento no Senado.

Mas não é esse o entendimento do senador com respeito à atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): “O TSE legisla camufladamente sobre temas que não são de sua competência”.



Para Marconi, Congresso dá espaço para que Judiciário legisle em seu lugar



Dornelles prefere reconhecer competência do STF a discutir mérito de decisões



Ação do TSE é questionada por Casagrande: “Tribunal legisla camufladamente”



Em vez de exorbitância do STF, Garibaldi vê lacunas deixadas pelo Legislativo

## As reações a decisões do Judiciário sobre regras eleitorais

Entre as mais recentes decisões do STF e do TSE que dizem respeito ao Legislativo, três estão relacionadas às regras partidárias e eleitorais (cláusula de barreira, verticalização e fidelidade partidária). Ao mesmo tempo que reconhecem o

papel constitucional do STF, os senadores apontam a necessidade de o Congresso regulamentar temas relativos à legislação política e eleitoral.

Em alguns casos, a solução foi apresentar propostas de emenda à Constituição, para

garantir a vigência das regras. Em outros, em que o Congresso não aprovou normas infraconstitucionais, a sugestão foi agilizar a reforma política, que aguarda votação final há mais de dez anos.

### Cláusula de barreira

O problema

A cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho) foi incluída na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) e seria aplicada a partir das eleições de 2006, de forma a restringir o funcionamento parlamentar dos partidos que não alcançassem o percentual de votos estipulado.

Pouco antes de sua entrada em vigor, o STF, em dezembro de 2006, considerou a cláusula de barreira inconstitucional por unanimidade e ainda questionou os critérios de repartição do Fundo Partidário.

A reação à época

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse acreditar que a decisão do STF causa um “problema sério”, já que “atrapalha a evolução política construída no sentido de conferir mais transparência” ao sistema partidário.

Por outro lado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), entende que o STF não impôs um retrocesso ao país. “A culpa deve ter sido nossa, aqui, que devemos ter escrito algo errado. Acredito que, se nós escrevermos de forma correta cada item da reforma política, o Supremo não vai considerar inconstitucional aquilo que queremos. Por isso, sugiro uma interlocução entre o Congresso e o Supremo”, disse.

Já Marco Maciel (DEM-PE) optou por apresentar uma proposta de emenda constitucional que busca restabelecer a cláusula de desempenho (PEC 2/07). O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), sugeriu a aprovação imediata da proposta e reclamou, registrando que compete ao Legislativo legislar, e não ao Judiciário. Valter Pereira (PMDB-MS) fez coro, afirmando que o STF “deu uma interpretação errada” ao determinar o fim da cláusula de barreira. Aprovada na CCJ, a PEC de Maciel aguarda votação em Plenário desde março passado.

João Ribeiro (PR-TO) disse que respeita a decisão do Supremo, mas observou que vários partidos vinham fazendo um esforço para se adequar à mudança.

### Fidelidade partidária

O problema

Em resposta a consulta do DEM (antigo PFL), que quis saber se os partidos e coligações teriam o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional (deputados e vereadores) em caso de troca de partido, o TSE manifestou entendimento de que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato eleito. A interpretação levou DEM, PSDB e PPS a entrarem no STF com mandados de segurança, pedindo de volta os mandatos dos deputados que não foram fiéis às legendas pelas quais foram eleitos em 2006.

A reação à época

Ao passo que concordaram com a necessidade de estimular a fidelidade partidária, os senadores lamentaram a demora na aprovação da reforma política.

Renan Calheiros entende que a omissão do Legislativo abre espaço para o Judiciário legislar sobre o assunto. Ele considera que o TSE interpretou a legislação eleitoral conforme a reforma política aprovada no Senado há três anos.

– Já demoramos muito para fazer a reforma. A decisão do TSE é a interpretação da lei vigente – enfatizou Renan, que observou, porém, que, da maneira como está, a punição pode ser exagerada.

Neuto de Conto (PMDB-SC) disse que os políticos deveriam assumir a reforma política, pois, em caso contrário, ela será feita aos poucos em decisões do Judiciário. Ele apresentou requerimento para criação de comissão especial para formular um projeto abrangente de reforma política.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a decisão do TSE recupera o papel dos partidos.

– O deputado não é eleito apenas com os votos que recebe, mas com os de todos os seus companheiros de legenda – argumentou.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou na última terça-feira a PEC 40/07, instituindo a fidelidade partidária. Para ele, a reforma política está sendo feita “à margem do Congresso”.

### Verticalização

O problema

Instituída pelo TSE, a verticalização foi a interpretação pela qual os partidos que se coligassem para disputar os cargos de presidente e vice-presidente da República precisariam repetir nos estados as mesmas coligações partidárias. A regra valeu nas eleições de 2002 e 2006.

Os partidos ficaram insatisfeitos com a situação e, já em 2002, começou a tramitar no Congresso proposta de emenda à Constituição estabelecendo liberdade para as coligações partidárias (PEC 4/02).

A reação à época

– Nós não vamos declarar guerra. Não vamos transformar as relações entre o Legislativo e o Judiciário num duelo à luz do dia. Absolutamente nada disso. O que está acontecendo é normal, é da democracia. Nós promulgamos a emenda e o STF diz se ela é constitucional ou não. É competência do Poder Judiciário. Não vai haver conflito nenhum. Nós recebemos com muita naturalidade essa decisão – destacou Renan, defendendo o entendimento de que todos ajam “com equilíbrio e responsabilidade para que não acabe em conflito de Poderes”.

Na mesma ocasião, o então presidente da Câmara, Aldo Rebelo, fez coro às declarações de Renan.

– Não há razão para qualquer tipo de confronto entre o Legislativo e o Judiciário. Os Poderes se orientam por princípios constitucionais de harmonia e de independência e cada um tem as suas atribuições plenas e soberanas. Temos marchado com harmonia e independência, e essa relação deve ser preservada. Isso interessa ao Brasil e à população – declarou.

Mas o TSE não foi poupado como o STF. José Maranhão (PMDB-PB) criticou a interpretação do TSE por considerar a verticalização “uma camisa-de-força de inspiração autoritária”.

– Afronta-se a democracia e o direito dos partidos políticos, seus membros e eleitores – afirmou Maranhão.

## Voz do Leitor

## INFRA-ESTRUTURA

“A região Mata Norte de Pernambuco agradece ao Senado pela aprovação do orçamento para duplicação da BR-408. A nova estrada contribuirá para o melhor desenvolvimento da região.”

**Márcio Costa Pereira, de Carpina (PE)**

## EDUCAÇÃO EM PRESÍDIOS

“Bem disse Monteiro Lobato: ‘Um país se faz com homens e livros’! Gostaria de parabenizar o senador Cristovam Buarque pelo brilhante projeto apresentado para construir salas de aula em presídios (PLS 217/06).”

**Ronier Vaz do Santos, de Timotéo (MG)**

“Concordo plenamente com o senador Romeu Tuma: crianças e adolescentes abandonados e que não foram corrompidos pelo crime precisam de assistência social. Os que praticam o crime e estão cumprindo pena em presídios têm que ter a oportunidade de estudo e formação profissional. Acredito que a ressocialização depende do outro, para construirmos sujeitos cidadãos e cidadãs.”

**Vânia Régia Teles Carneiro, de Araguaína (TO)**

## MAIORIDADE PENAL

“Parabenizo a CCJ pela aprovação do projeto que trata da redução da maioridade penal. Os jovens de 16 e 17 anos já têm consciência da gravidade de seus atos.”

**Eugênio Colares Freitas Dias, de Trairi (CE)**

## DOAÇÃO DE SANGUE

“Enquanto o Brasil pára por causa da vinda do papa Bento XVI, o Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, cancela três cirurgias por dia por falta de sangue. No Hemorio, instituto que fornece sangue para 200 unidades, o estoque é mínimo.”

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

Por desespero, o Hemorio enviou e-mail para 5 mil doadores cadastrados para doação de emergência. Salvar vidas também é praticar religião.”

**Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)**

## MEIO AMBIENTE

“A revitalização dos recursos naturais é um dos maiores desafios da Humanidade e é uma área em que dificilmente se alcançarão grandes resultados num futuro próximo. É preciso refazer toda uma história, uma revolução nos conceitos sociais, que hoje se encontram defasados pela riqueza oriunda da ganância e do capitalismo demolidor. Enfim, são os princípios ético-sociais, que necessitam de reajustes radicais, progressistas, ecologicamente dispostos a reverter parte da degradação social. O aquecimento global pode algum dia ser controlado, mas talvez jamais se freie o descaso que devora a vida na Terra.”

**Claudovan Freire da Silva, de Capela (AL)**

## PAC DA EDUCAÇÃO

“O governo do presidente Lula tem apresentado propostas bem convincentes que, por meio do PDE, o PAC da Educação, visam desenvolver o setor educacional. Porém, é preciso reavaliar primeiro como andam as escolas: se elas precisam de reformas e de reestruturação e quais as razões do baixo desempenho por parte dos jovens estudantes. Com relação ao aprendizado e ao acesso às escolas, o quadro no país é bem assustador! Se não houver um maior incentivo, mais investimento em infraestrutura e apoio por parte dos governos, os jovens continuarão desmotivados para o ensino, e o que sempre presenciaremos será uma nação leiga e escrava de países intelectuais e com a tecnologia nas mãos.”

**Italo Batista de Queiroz, de Sumé (PB)**

## Pergunte ao Senador

## EDUCAÇÃO INTEGRAL

**Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)**

“Sobre os programas do governo na área de educação, o objetivo de passar a jornada para oito horas de estudo é real ou é só um motivo para retirar as crianças das ruas?”

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) responde:

A idéia do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Ensino Básico (Fundeb), que prevê o atendimento em turno integral dos brasileiros, é muito boa. Acredito que o Fundeb não vai apenas tirar as crianças da rua, prezado Valentim, mas oferecer um ensino de melhor qualidade, porque entre as inovações aprovadas foi colocado um piso salarial nacional para os professores, que em muitas regiões ainda ganham muito mal. É importante lembrar, ainda, que o Ministério da Educação está implantando o ensino a distância com o objetivo de reciclar os professores que estarão dando aula no ensino básico. Essa reciclagem, de fato, nunca foi feita, representando um entrave para que os estudantes possam ser atendidos de forma adequada. Estamos agora aguardando a votação pelo Senado do projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória (MP 339/06) que vai regulamentar o Fundeb, esclarecendo e corrigindo falhas que ainda possam existir.



## Agora é lei

## União e estados contra a violência

As ações na área de segurança pública foram reforçadas com a aprovação da Lei 11.473/07, que permite a realização de convênios entre a União, estados e Distrito Federal com o objetivo de reforçar o combate à violência no país. A medida, publicada no Diário Oficial do dia 11 de abril, determina, entre outros pontos, a transferência de recursos para atividades de capacitação profissional no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública. De acordo com a nova lei, poderão ser firmados convênios sobre policiamento ostensivo; guarda, vigilância e custódia de presos; cumprimento de mandados de prisão e de alvarás de soltura; serviços técnico-periciais; e registro de ocorrências.

A legislação também fixa uma indenização no valor de R\$ 100 mil para o servidor que for vitimado durante as atividades de cooperação, bem como para os policiais (federal, rodoviário federal, civil e militar) que estiverem em ação operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública. A indenização será paga em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Em caso de morte, o valor será recebido pelos dependentes.

Para a execução do convênio de cooperação, o Ministério da Justiça poderá colocar à disposição dos estados e do Distrito Federal, em caráter emergencial e provisório, servidores públicos federais, ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível, para desenvolver o trabalho.

## Frases

“O governo está sereno ao apresentar propostas à sociedade brasileira. Mas nada será espetáculo. Confio na responsabilidade política da oposição”

Tião Viana, ao garantir que o governo não teme investigação na CPI do Apagão Aéreo.

“Não vamos inocular ninguém ou culpar por motivação política, mas não vamos jogar lixo para debaixo do tapete”

Demostenes Torres, relator da CPI do Apagão, reiterando sua disposição de trabalhar sem polarizar governo e oposição.

“Na verdade, quando convocamos a CPI do Apagão Aéreo e não levamos em conta o apagão das paradas de ônibus, estamos fazendo apenas uma CPI dos usuários de avião”

Cristovam Buarque, lembrando que, enquanto há duas CPIs do tráfego aéreo, milhões de pessoas sofrem com o transporte urbano.

“Faço um apelo a quem tem filhos: não concordem com a descriminalização das drogas”

Romeu Tuma, ao criticar passeata realizada no Rio de Janeiro pela legalização da maconha.

“Não se pode mais ficar esperando, enquanto centenas de milhares de mulheres morrem (...) em decorrência da prática clandestina de abortos”

João Durval, ao defender medidas preventivas.

“Para alterar a atual cultura de discriminação homofóbica, é necessário instituir punições específicas à prática desse tipo de violência”

Fátima Cleide, sobre projeto que criminaliza a discriminação aos homossexuais.

“Existe uma faixa de 20% de empresários que migraram para o negócio dos bingos por causa da Lei Pelé, mas nossas fronteiras continuam abertas para as drogas e as armas que abastecem as guerrilhas que acontecem nas grandes cidades. Não temos vocação para jogatina”

Magno Malta, pelo fim de “qualquer jogatina” no país.

## Foto da Semana

Demostenes Torres e Tião Viana cumprimentam os deputados Marco Maia e Marcelo Castro, selando a colaboração nas investigações sobre as causas da crise aérea. Demostenes é o relator da CPI do Apagão Aéreo do Senado, instalada nesta semana e que tem Tião Viana como presidente. Marco Maia, por sua vez, é o relator da CPI do Apagão Aéreo da Câmara, presidida por Marcelo Castro



GERALDO MAGELA

# Abusos contra menor em debate

A principal atividade da campanha desenvolvida em torno do dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – foi a divulgação do dossiê “Quando a vítima é criança ou adolescente – combater a impunidade é garantir a proteção”, documento que teve como base o estudo dos casos apresentados pela CPI Mista da Exploração Sexual, que funcionou de 2003 a 2004 e pediu o indiciamento de mais de 200 pessoas. Esse é o tema do programa Conexão Senado desta segunda-feira, que a Rádio Senado transmite ao meio-dia.

Nesta quarta-feira, às 8h30, a violência praticada por jovens é o assunto do Ciência em Dia, em que a entrevistada é a presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia Maria Irene Maluf. Segundo ela, os jovens violentos já

apresentam sinais de dificuldades que podem ser detectados desde a infância. Por isso, pais e professores devem estar atentos para ajudá-los.

## Entrevistas históricas com Carlos Lacerda

Já o Arquivo Aberto lembra Carlos Lacerda, que morreu há 30 anos, em 21 de maio de 1977. Foram selecionados trechos de discursos relevantes, como o que Lacerda proferiu em 1964, no encerramento da convenção nacional da UDN.

Os ouvintes também poderão acompanhar entrevista concedida por ele sobre os últimos e conturbados meses do governo Getúlio Vargas. Arquivo Aberto vai ao ar nesta segunda, às 11h30, com reprises quarta (20h), sexta (16h), sábado (8h30) e domingo (14h).

**A vida desta boneca não é um brinquedo.**

Na maioria dos casos de abuso sexual, a violência é cometida por alguém muito próximo da criança ou do adolescente, geralmente da própria família, em especial os pais ou padrastas.

Quase sempre o ato acontece dentro da casa da vítima.

Muitas vezes, a mãe dessa criança sabe o que está se passando, mas prefere não tocar no assunto.

**Não seja cúmplice do agressor.**

**18 de Maio**  
Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

SESA  
Secretaria de Estado de Saúde  
Mato Grosso

Não se cale! Denuncie.  
0800 65 3939

ARQUIVO SES/MT

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

**UHF**

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## RESENHA

## Uma faceta esquecida de Rio Branco: o historiador

ALEXANDRE GUIMARÃES

Efemérides brasileiras, da coleção Brasil 500 Anos, do Senado, é a reunião dos textos originalmente publicados em coluna própria pelo Barão do Rio Branco, desde o primeiro número do carioca Jornal do Brasil, em 9 de abril de 1891, até o último dia daquele ano.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é certamente conhecido como um dos mais importantes diplomatas do mundo. Graças ao seu trabalho, as fronteiras brasileiras puderam ser completamente definidas. No entanto, em geral esquece-se que o filho do Visconde do Rio Branco destacava-se por ser um dos maiores historiadores brasileiros de sua época.

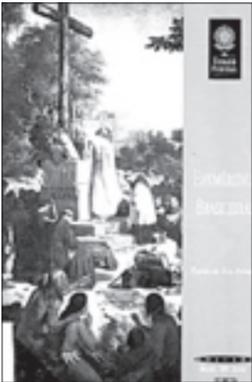
Além das efemérides, ou seja, o registro dos acontecimentos de vulto da história brasileira até então, a coluna de Rio Branco era enriquecida por narrações dos feitos militares do Brasil, em especial durante a campanha na Guerra da Tríplice Aliança contra

o Paraguai.

O livro é basicamente uma obra de referência, onde cada dia do ano é seguido pelos acontecimentos históricos de relevo dos primeiros três séculos do Brasil. Cada artigo é rico em detalhes, o que torna a obra uma preciosidade.

Desde o momento em que Pedro Álvares Cabral “encontra plantas marinhas, primeiro indício da proximidade de terra”, em 21 de abril de 1500, aos “funerais de dom Pedro II”, em 12 de dezembro de 1891, essa obra de Rio Branco apresenta ao leitor milhares de personagens e fatos de forma curiosa e interessante.

O leitor de Efemérides brasileiras se depara com uma esquecida faceta do Barão do Rio Branco e com uma ignorada série de acontecimentos de nossa história. É certamente uma obra para os curiosos intelectualmente, para aqueles que sempre procuram saber um pouco mais. Eis um livro a que todo estudante brasileiro deveria ter acesso.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Efemérides brasileiras, da coleção Brasil 500 Anos, do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

# Seminário debate atenção a deficiente

Será realizado na quarta e quinta-feira, das 9h30 às 18h, seminário para apresentação da metodologia de atendimento, em telecentros, de pessoas com deficiência.

O evento é apoiado pelo Senado e promovido pela Acessibilidade Brasil, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) voltada para o desenvolvimento de estudos e projetos que privilegiem a inserção social e econômica das pessoas portadoras de deficiências.

O objetivo do encontro é qualificar o serviço para pessoas com deficiência em telecentros comunitários. A metodologia foi baseada na coleta de informações de milhares de atendimentos de pessoas com deficiência, baixa escolaridade e de idosos no Telecentro Acessível de Taguatinga, criado com esse objetivo.



MÁRCIA KALUME

Atriz da TV Globo Joana Mocarzel (D) participa de evento no Senado em defesa das pessoas portadoras de deficiência

Os sistemas, equipamentos e tecnologias usados serão apresentados e discutidos por especialistas, e os debates incorporados à metodologia, a ser distribuída para outros telecentros pelo Ministério do Trabalho.

Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calhe-

ros, enviou aos senadores um kit de divulgação da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que será realizada em novembro. O material, produzido em parceria com os Bombeiros, inclui folhetos sobre situações potencialmente causadoras de deficiência.

## BID aprova financiamento do Interlegis II

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aceitou proposta de financiamento de US\$ 16,1 milhões para a primeira de duas fases do programa Interlegis II, que visa a modernização do Poder Legislativo no âmbito federal, estadual e municipal. Para que a operação seja concluída, é necessária ainda a aprovação, pelo Senado, de

contrapartida igual ao valor do empréstimo.

A informação é do diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento do programa Interlegis, José Dantas Filho. O custo estimado para as duas fases é de US\$ 64,4 milhões, sendo que o financiamento do banco é da ordem de 50% desse montante. O restante virá de fundos locais

de contrapartida.

O empréstimo aprovado para a primeira fase tem prazo de amortização de 25 anos e período de carência de quatro anos. O objetivo é expandir e aperfeiçoar o Interlegis I, iniciado em 1997. Dois anos depois, o programa já havia conectado mais de 3 mil casas legislativas com o apoio do BID.

## Arquivo aberto

“Político irrequieto, tribuno dos maiores que o Parlamento brasileiro conheceu, administrador audaz da coisa pública, empresário de visão, jornalista de inextinguível brilho, tudo isso ele foi na sua existência durante a qual bebeu o néctar da glória e o fel do ostracismo.” Assim o senador Teotônio Vilela se referiu a Carlos Lacerda (foto) na sessão de homenagem poucos dias depois da morte desse personagem marcante da história do país. Lacerda morreu há 30 anos, em 21 de maio de 1977.

Foi vereador, deputado, governador, candidato a presidente, jornalista de verve implacável e escritor que registrou a história da qual fez parte. O arquivo de áudio do Senado, mantido pela Stel, guarda, entre outros, o discurso que Lacerda fez na convenção da UDN que o escolheu candidato a presidente, em 1964. E o aparte que o senador José Sarney fez a Teotônio Vilela quando fazia o discurso acima. Disse Sarney, em 8 de junho de 1977: “Desejo que os Anais da Casa guardem a manifestação da minha comoção, da minha admiração, da minha saudade, pela grande figura humana e pelo grande brasileiro que morreu”.



REPRODUÇÃO

**25 de maio:** Em 1987, a Resolução do Congresso Nacional 2 criou a comissão parlamentar mista de inquérito para avaliar os prejuízos da seca do Nordeste, pela Resolução do Congresso Nacional 2, de 1987. Constava na justificativa a intenção de “avaliar os enormes prejuízos que estão sendo acarretados à comunidade nordestina, elaborando proposições que venham a minimizar as referidas perdas, a curto prazo, e que resolvam em definitivo, através de medidas estruturais, a forma de convivência, sem prejuízos, com o fenômeno da seca”. Em 2001, uma equipe da TV Senado passou 15 dias documentando a seca em quatro estados nordestinos.

**26 de maio:** Em 1992, o Congresso instaurou a chamada CPI do PC, destinada a “apurar fatos contidos nas denúncias do senhor Pedro Collor de Mello, referentes às atividades do senhor Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude penal”, conforme o Requerimento do Congresso Nacional 52/1992.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Moraes  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Viver bem hoje garante futuro saudável

O envelhecimento começa assim que o ser humano pára de crescer, isto é, no final da adolescência, quando os processos normais de reparação do organismo assumem um ritmo mais lento. O corpo vai mudando devagarinho, sem que a pessoa se dê conta. De repente, já não se consegue fazer algo que era tão fácil.

Mas o homem descobriu que a velhice não é sinônimo de doença, tristeza e inatividade e pode ser uma fase de saúde, disposição e alegria. O primeiro e mais importante passo é compreender e aceitar o processo. Sabendo

como será, é possível mudar hábitos de forma planejada, fazer projetos para o futuro, tomar os devidos cuidados para prevenir doenças e ter excelente qualidade de vida durante a chamada terceira idade.

Quem deseja estar bem aos 80 deve começar a se cuidar agora, esteja hoje com 20, 30 ou 40 anos. Afinal, cuidados como boa alimentação, abandono do fumo e do álcool e diminuição do estresse melhoram o dia de hoje, mas só garantem a saúde na velhice se tomados bem antes de ela acontecer. Veja, nesta e na próxima edição do Especial Cidadania, dicas de como começar.

## Dicas para ter qualidade de vida sempre

Ao sair da cama, não se levante rapidamente. Sente-se, espreguice, respire e, aí sim, inicie o seu dia.

Tome o seu café da manhã lembrando que essa é a refeição mais importante do dia. Frutas e sucos, queijo e pães, café com moderação. Separe pelo menos um litro de água, e beba-o até o fim da tarde.

Atualize-se, leia o jornal ou ouça as notícias no rádio ou na televisão.

Vista uma roupa leve, calce tênis e convide alguém para fazer uma atividade física em conjunto. Ao menor sinal de cansaço ou desconforto, pare.

Evite o sol entre 10h e 16h.

Tome um banho de chuveiro caprichado. Faça uma rigorosa higiene da boca, use o fio dental, escove a língua, o céu da boca, a prótese.

Vista-se com capricho.

Ocupe seu tempo, trabalhe, estude, seja produtivo e necessário para alguém. Isso encurta o dia e dá

sentido à vida.

Faça visitas, telefone para parentes e amigos. Escreva aos que estão longe. Adote um passatempo.

O almoço deve ser leve, rico em fibras (legumes, frutas e verduras). Dê preferência às carnes magras. Se você mora só, não simplifique as refeições, pois pode acabar mal nutrido. Tente receitas novas, novos restaurantes.

No meio da manhã e da tarde, faça um lanche: uma fruta, um iogurte ou uma gelatina.

O jantar deve ser leve e nutritivo.

Encerre o dia com a leitura de um bom livro, um bom filme ou seu programa de TV preferido.

Não fique sentado por longos períodos. Levante-se de vez em quando. Quando sentado, descanse as pernas em um banquinho.

Não vá para a cama se não estiver com sono e evite deitar-se muito cedo. Se você tem dificuldade para dormir, gaste o máximo de energia durante o dia em longas caminhadas.



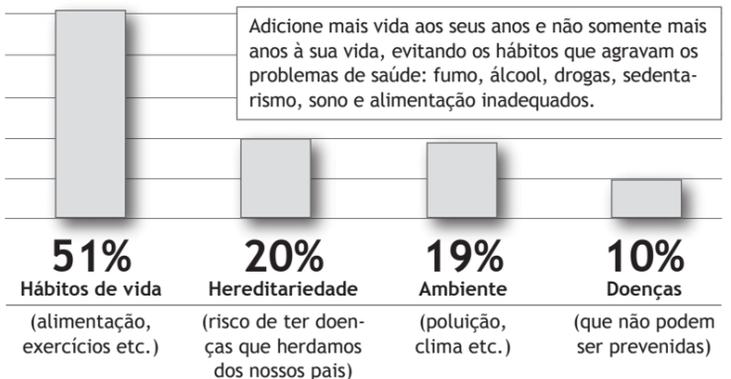
## Prevenindo as principais doenças da terceira idade

Para prevenir as principais doenças e viver com saúde a terceira idade, é imprescindível começar agora a fazer atividade física regular, ter boa alimentação, não fumar, não beber em excesso (não mais que um cálice de vinho por dia), ir ao médico regularmente e controlar o peso, o colesterol e a pressão arterial. Veja ainda os cuidados específicos para evitar cada doença.

	Sintomas	Como prevenir
<b>Doenças cardiovasculares</b> (insuficiência cardíaca, angina, infarto, acidente vascular cerebral - AVC -, derrame)	falta de ar, dor no peito, inchaço, palpitações, tontura, desmaio, paralisia súbita	praticar exercícios físicos de baixo impacto; controlar o peso, com uma alimentação balanceada, com pouco sal e gordura; não fumar; evitar bebidas alcoólicas em excesso; monitorar a pressão arterial; controlar o diabetes
<b>Câncer</b>	depende do tipo de câncer. Um dos sintomas mais comuns é o emagrecimento inexplicável	fazer exames preventivos e evitar exposição ao sol sem proteção e em horários impróprios
<b>Enfisema, bronquite crônica</b>	tosse, falta de ar e escarro	manter a casa ventilada, limpa e aberta ao sol, vacinar-se contra gripe e pneumonia, evitar choques térmicos
<b>Pneumonia</b>	febre, dor ao respirar, escarro, tosse	tratar bem a bronquite ou enfisema
<b>Infecção urinária</b>	ardor ao urinar, vontade freqüente de urinar e sangue na urina	consumir bastante água e líquidos e não deixar de urinar quando sentir vontade
<b>Diabetes</b>	muita sede e aumento no volume de urina	controlar a taxa de açúcar no sangue
<b>Osteoporose</b>	não há sintomas	comer alimentos ricos em cálcio
<b>Osteartrose</b>	dores nas juntas de sustentação (joelho, tornozelo e coluna) e nas mãos	não existem cuidados específicos - só os já relacionados no primeiro item

## Você pode mudar sua história

Veja os fatores que interferem na saúde e em que proporção



## O que acontece quando envelhecemos

- Sistema nervoso** - O peso do cérebro e o tamanho dos órgãos dos sentidos (audição, visão, olfato, tato e paladar) diminuem. As papilas gustativas da boca, responsáveis pelo paladar, diminuem cerca de 64%.
- Coração** - Aumenta de tamanho e as válvulas cardíacas sofrem enrijecimento.
- Vasos sanguíneos** - Perdem elasticidade e engrossam, principalmente as artérias.
- Pulmões** - Os alvéolos (responsáveis pela respiração) diminuem em tamanho e em número e os capilares alveolares ficam menos permeáveis, o que diminui a capacidade respiratória.
- Rins e fígado** - Diminuem de tamanho.
- Pele** - Torna-se mais fina, transparente e enrugada, perdendo colágeno e água.
- Musculatura** - A força e a massa muscular diminuem, especialmente as do antebraço e da coluna.
- Cartilagem e ossos** - Os ossos perdem densidade, principalmente nas mulheres, e ficam mais quebradiços, frágeis e porosos (osteoporose e osteopenia), e as articulações, mais rígidas e menos flexíveis.

## Comece agora a cuidar da memória

Sempre podemos melhorar o desempenho da memória

Preste atenção num detalhe: você tem o hábito de fazer uma coisa pensando em outra? Muitas vezes não sabemos onde deixamos aquele objeto porque naquele momento estávamos mais preocupados com outra coisa e culpamos a memória pela falha. Procure viver no presente, aqui e agora.

Não aceite passivamente uma diminuição da memória: procure o médico e siga suas orientações.

Anote tudo que for importante em um caderno ou uma agenda e adquira o hábito de consultá-la.

Mantenha-se ativo: trabalho, novos amigos, cursos, leitura, visitas etc.

Procure aprender sempre, crie o hábito de refletir sobre a realidade que o cerca.

Leia pelo menos um jornal diariamente. Leia o máximo que puder.

Faça palavras cruzadas e outros jogos que envolvam o raciocínio.

Mantenha uma dieta saudável, beba muito líquido e ande pelo menos 30 minutos por dia.

Evite tensões desnecessárias e seja flexível, esteja aberto para ouvir.

Não se constranja se esquecer algo e, se não entender direito o que foi dito, pergunte!